

MEU ARQUIVO
de *Crimes famosos*



Nº 1

— aet ferreira

MEU ARQUIVO DE CRIMES FAMOSOS

*Para Geraldo Machado
a admiração
autó "avil" G.R.
dez. 1960*

WALTER FERREIRA

Meu Arquivo

DE

Crimes Famosos

(N.º 1)

EDITÔRA CARLOS COUTO
Rio de Janeiro, 1960

IN D I C E

O crime do magistrado	7
O assassinato da cantora lírica	17
A esquartejada do Largo do Chafariz	29
A cabeça de Ratcliff	41
Juramento sinistro	51
Os crimes da morfética	63
Inconseqüência de jurados	73
O crime das jóias falsas	85
Latrocínio em Bagnolet	97
Os crimes do parricida	135
O latrocínio da Ilha de Bom Jesus	147

Direitos reservados à

EDITÔRA CARLOS COUTO

Av. Gomes Freire, 55-4.º andar, sala 41
Caixa Postal, 72 — Agência Lapa
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

O Crime

do Magistrado

Tôda a imprensa da época noticiou, com fartura de detalhes e grande escândalo, o crime cometido pelo desembargador Pontes Visgueiro. Os jornais, como o povo, não perdoaram o criminoso, a quem consideraram frio e cruel. O conhecido magistrado, louco de paixão, assassinou a jovem Maria da Conceição, de 16 anos, esquartejou-a, enterrando-a nos fundos de sua casa, em um caixão de madeira e zinco.

* * *

Maria da Conceição era filha de uma mulher da ralé, chamada Luíza Sebastiana de Carvalho. Sem assistência da parte de sua mãe, a jovem, que vivia de fazer compras e levar recados para quem lhe pedisse, tão logo cresceu, caiu na mais desregrada prostituição. Bela e sedutora, não lhe faltou quem a quisesse conquistar pondo-lhe aos pés tudo o que queria ou sonhasse querer, mas Mariquinhas da Conceição, como era conhecida, desprezava tudo em troca do seu roupão de chita e suas chinelas de verniz.

A cada dia que passava, Maria da Conceição ia decaindo, a ponto de chegar a rameira da pior espécie.

Só um atributo não lhe desaparecia, tornando-a a mulher mais comentada de toda a capital da província do Maranhão: a beleza verdadeiramente sedutora. Foi nesta época de decadência moral que Mariquinhas despertou o interesse do setuagenário, incorruptível e austero magistrado do Império que, ao se ver desprezado, num verdadeiro acesso de loucura, a matou e a esquartejou.

* * *

Em um de seus passeios, o magistrado conheceu, certa manhã, Maria da Conceição e, ao se inteirar da verdade sobre a formosa jovem, tentou retirá-la daquela desgraçada vida, porém ela o enganava miseravelmente. Ao vê-la, certa vez, de amôres com um jovem, o desembargador teve com o rapaz uma cena de pugilato, dando mostras do seu desequilíbrio mental.

Na esperança de tê-la sómente para si, alugou uma casa e dotou-a do que havia de mais confortável, mas a desmiolada Mariquinhas continuou atraíçoando seu benfeitor.

Interpelado por amigos que o viam triste, o desembargador atribuía sempre o estado à idade, mas, a um que tudo sabia, não pôde negar.

Aconselhado, licenciou-se por oito meses e saiu da província, na esperança de esquecer Mariquinhas da

Conceição, mas, ao cabo de sessenta dias, voltou, louco de saudades, à procura de sua amante, que o repeliu tornando clara a sua repulsa pelo magistrado. O pobre velho não ligou às palavras ofensivas de sua amácia e continuou dizendo querê-la, ainda que assim. Continuou dando-lhe de tudo, numa tentativa vã de conquistá-la, até que se desiludiu por completo e desistiu do seu intento.

* * *

Pontes Visgueiro pensou, então, no crime para não sofrer vendo sua amada nos braços de outros. Foi a uma serraria e encomendou um caixão de madeira, forrado de zinco e impermeável. Conseguiu boa porção de cal em uma obra próxima a sua residência e, por fim, preparou um trinchante, amolando-o pacientemente.

Tudo planejado, o desembargador foi à casa de Maria, na Rua do Quebra Costa, e convidou-a a passar a noite em sua companhia. A jovem, compromissada que estava, prometeu a visita para o dia seguinte, e, de fato, lá compareceu, fazendo-se acompanhar de Tereza de Jesus, uma companheira de prostituição. Na porta da casa do desembargador, Mariquinhas despediu-se de Tereza e entrou.

Após o jantar, o magistrado atraiu a amante à alcova, dizendo ter, ali, um presente a sua espera. Sem

nada demonstrar, mandou que ela sentasse e, a um sinal seu, o criado Guilhermino de Souza Borges, trazido por ele para êste fim, agarrou Mariquinhas, imobilizando-a até que o desembargador fê-la adormecer com uma toalha embebida em clorofórmio.

Desvairado, Pontes Visgueiro beija, morde e abraça o corpo da amante, enquanto Guilhermino se afastava. Momentos depois, Mariquinhas era cadáver e, em seu peito, dois ferimentos deixavam escapar uns filetes de sangue, que eram absorvidos, cuidadosamente, pelo feltro de uma toalha, a fim de não deixar nenhuma pista, caso houvesse investigações na casa.

* * *

Auxiliado pelo criado, o desembargador começa a tarefa de encaixotar o cadáver. Nota, então, a primeira falha. As dimensões do caixão não condizem com o corpo.

Resolve, então, cortar a cabeça e as pernas da vítima. Enquanto Guilhermino foi buscar a cal, o criminoso rasgou, a faca, o ventre de sua vítima, atingindo-lhe, selvagemente, o fígado. Tudo pronto, restava apenas soldar o caixão. O desembargador escreveu a um amigo pedindo-lhe que viesse a sua casa efetuar um trabalho. Enquanto aguardava, recebeu a mãe de Mariquinhas que

lhe veio pedir notícias da filha. O magistrado disse-lhe, então, nada poder informar, pois não a tinha visto, deixando a pobre mulher em maior aflição.

* * *

Soldado o caixão, Guilhermino ajuda o desembargador a colocá-lo em um armário na sala de jantar, e, no dia seguinte, Tereza de Jesus e a mãe de Maria da Conceição voltaram a perguntar pela jovem. O desembargador mostrou-se preocupado e pesaroso e mandou anunciar uma recompensa pela localização de sua amásia. Desesperada, a mãe de Maria comunicou o fato à Polícia.

Temeroso de ser descoberto o crime, de vez que achava estar o corpo exalando mal cheiro, pediu, novamente, ao amigo que lhe reforçasse a solda do caixão, transportando-o, em seguida, para um quarto no pavimento térreo do prédio.

O desembargador vê, então, a sua segunda falha. Demorara-se muito em dar sumiço ao cadáver e era tarde para fazer transportá-lo a outro lugar, pois a ação dos gases tinha abaulado o caixão. Mandou, por isso, enterrá-lo, de tampa para baixo, no quintal de sua residência.

As investigações da polícia convergiram para a casa do desembargador e, por esse motivo, o chefe de Polícia ordenou rigorosa busca, que teve início às seis e meia da manhã. A terra revolta no quintal despertou a atenção dos policiais que, ao fim de poucos metros de escavação, encontraram o caixão com o cadáver da decaída.

As primeiras peças do processo foram feitas na capital da província do Maranhão, entretanto, temendo pela segurança do acusado, o chefe de Polícia daquela província, dr. Miguel Calmon du Pin de Almeida, mandou remover o preso para a Corte, e à Polícia do Rio de Janeiro, foi que o desembargador da Relação do Maranhão confessou o crime.

No dia 13 de maio de 1874, no Supremo Tribunal de Justiça, na Rua do Lavradio, foi julgado o desembargador Pontes Visgueiro, denunciado como autor do bárbaro,

frio e covarde assassinio da jovem Maria da Conceição Carvalho.

A despeito da brilhante defesa do criminalista Franklin Dória, que apresentou a tese de "desarranjo moral que lhe suprimiu a vontade livre", foi o desembargador Pontes Visgueiro condenado.

Na sessão de 16 de maio, três dias, portanto, depois do julgamento, foi lida a sentença condenatória: "Julgam o réu incursu no artigo 193 do Código Criminal e o condenam na pena das galés perpétuas, grau máximo, por ocorrerem as circunstâncias agravantes mencionadas no artigo 16 §§ 4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 15.º, pena que será substituída pela prisão perpétua com trabalho, nos termos do artigo 45 § 2.º do mesmo Código, por ser o réu maior de setenta anos, e nas custas. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1874. (as.) Brito, presidente; Simões da Silva, relator sem voto; Mariani, Leão, Cerqueira, Barbosa, Vilares, Valdetaro, Couto e Costa Pinto".

O advogado do réu requereu fôsse a pena cumprida na cidade de São Luís, local do crime, mas o Tribunal negou provimento, mandando ser o condenado recolhido à Casa de Correção da Corte, o que foi feito em 10 junho de 1874.

No dia 24 de março de 1875, morria no cárcere o desembargador José Cândido Pontes Visgueiro. Conta-se que ele, ao confessar o crime, dissera: "Matei-a porque a amava. Se ela tornasse a viver, voltaria a amá-la e a mataria de novo".

Foi um caso que a moderna psiquiatria forense enquadra na demência senil. Comportaria, nos nossos dias, manicômio judiciário, nunca a pena a que condenaram o réu.

O Assassínato da Cantora Lírica

Quase um ano depois de ter chegado ao Rio a célebre Companhia Lírica Francesa, o empresário Emílio Mège assassinou, a tiros, sua espôsa Eugênia Mège, quando a formosa "estréla" do teatro lírico se preparava para sair. O fato causou profunda consternação, de vez que ambos os personagens do crime eram "astros" de primeira grandeza nos palcos do Rio e, aparentemente, pareciam felizes. Com o decorrer do inquérito, vieram os fãs do casal Mège a saber que nem tudo que se vê no palco da vida é, de fato, a realidade.

A cidade delirou quando os jornais da época noticiaram, na edição de 19 de setembro de 1846, a chegada da famosa Companhia Lírica Francesa, com artistas renomados, entre êles Eugênia Mège. As representações da "troupe" assistia a melhor sociedade e Eugênia, criatura de rara beleza, com seus cabelos loiros, quase brancos, impressionava as mulheres e, pelos seus olhos azuis e rosto fascinante, apaixonava os homens. A atriz, desde a estréia, sempre que chegava ao camarim, encontrava

um mundo de cartões, cujos assinantes lhe ofereciam ricos "bouquets" e propostas tentadoras. Ao fim de dois meses no Rio, depois de assediada por moços e velhos, Eugênia Mège aceitou, furtivamente, a corte do conhecido médico Antônio José Peixoto, entre outros que, pela sua leviandade, conheceu mais intimamente. Seu apaixonado era diretor de uma casa de saúde na Rua do Sabão, posteriormente Rua General Câmara, e ali se encontravam êle e a "estréla", que passaram a se amar apaixonadamente. O facultativo, desde o primeiro dia de exibição da Companhia no Teatro São Januário, em 26 de setembro daquele ano, nunca deixou de assistir com interesse a um espetáculo. E terminou conquistando a graciosa artista.

* * *

O amor de Eugênia ultrapassou os limites da precaução que, em geral, tomam as espóspas adúlteras e, em pouco tempo, todo o meio teatral conhecia o seu romance pecaminoso. Como tinha de acontecer, o marido foi conhecedor do que se passava e começou a vigiar os passos da espósa que, matreira e sagaz, ludibriava-o nos momentos exatos.

Emílio Mège era jovem ainda. Contava 27 anos, sendo mais velho que a espósa, se muito, quatro anos. Conheceu Eugênia em França, onde se casaram. Considerado um dos melhores ensaiadores de piano, Emílio ensinou à espósa, além das primeiras letras, a música, arte pela qual a extraordinária mulher tomou gôsto, tornando-se, em pouco tempo, uma das mais cobiçadas e discutidas "estrélas" dos teatros de operetas. Marido de uma criatura jovem e encantadora, Emílio nutria pela espósa um ciúme mórbido e, ao saber dos boatos de que Eugênia mantinha encontros com o médico Antônio José Peixoto, não mais teve sossego.

* * *

Quando, na tarde de 19 de junho de 1846, Emílio chegava a sua residência, divisou, nas proximidades, o seu rival. Um misto de terror e agonia apoderou-se dêle, mas, a custo, dominou-se. Ao entrar em casa, deparou com a espósa já quase pronta para sair. Travou com ela a acalorada discussão, mas Eugênia não fazia caso das palavras do marido, que via no fato de estar ali perto o doutor José Peixoto a confirmação dos boatos circulantes. A discussão tornou-se mais violenta e culminou com a proibição expressa de qualquer saída de Eugênia. A "estréla" riu-se como se estivesse representando um dos seus grandes papéis e, como se nada houvesse acontecido,

apanhou o chapéu e dirigiu-se ao espelho a fim de ultimar os preparativos de um passeio. Desesperado, Emílio interpelou-a e, diante da decisão da espôsa, sacou de uma arma e fêz dois disparos: um atingiu-lhe a cabeça e o outro transfixou-lhe o pulmão. A jovem cantora teve morte instantânea.

Ao ver a atriz sem vida, o ensaiador foi ao armário e bebeu, de um gole, todo o conteúdo de um vidro de veneno que ali guardava e, em seguida, rumou para o campo de Sant'Ana, onde foi esperar pela morte que, entretanto, não o quis.

Horas depois, como o tóxico não lhe fizesse efeito, o artista encaminhou-se para a Polícia, sendo, então, preso.

O inquérito teve o seu curso normal e foi acompanhado por todos os jornais que noticiavam, na íntegra, os depoimentos. Uma das principais testemunhas foi o conhecido ator João Caetano. Declarou êle que, no dia

do crime, quando se dirigia para o teatro, encontrou a vítima nas proximidades do bar de propriedade da senhora Guinalda. Entretanto, momentos depois, disseram-lhe que Eugênia Mège tinha sido assassinada por seu marido. Diante da notícia, e sendo amigo do casal, correu para a residência dos artistas, onde encontrou apenas o cadáver. Atordoado com o que vira, voltou para o bar e, ali, foi interpelado pelo médico José Peixoto que demonstrava, emocionado, vontade de ver a atriz. Diante dos boatos conhecidos por tôda a gente de teatro, João Caetano aconselhou-o a não fazê-lo, pois não achava conveniente a sua presença no local do crime. Imediatamente o famoso artista encaminhou-se para a polícia, a fim de dar ciência do fato, quando, na delegacia, já encontrou Emílio Mège que, em lágrimas, convulsivamente, disse-lhe ter matado a espôsa por ser ela uma mulher infiel que o traía vergonhosamente. O criminoso, ao ver João Caetano, caiu-lhe aos pés pedindo que o perdoasse, pois perdera a cabeça ao receber da própria mulher a confirmação dos boatos que corriam.

Outras testemunhas, depondo, não esconderam a infidelidade de Eugênia Mège, adiantando, ainda, ser o assassino marido atencioso e companheiro exemplar.

Embora a sessão começasse às 13 horas, às 10 do dia 27 de agosto de 1847 já o recinto estava repleto de

admiradores e amigos de Emílio Mège, que, graças à brilhante defesa do advogado Sebastião Mota, foi absolvido, por unanimidade, sendo carregado em triunfo pelas ruas.

* * *

Após o júri, os jornais publicavam ataques recíprocos entre os médicos Pires de Almeida e Antônio José Peixoto, quando, então, vem a público uma das mais sensacionais notícias da época: O amante de Eugênia Mège mantinha em seu consultório o esqueleto de sua amada! A notícia causou sensação e foi de tal importância que a Polícia instaurou novo inquérito.

* * *

Sería dúvida paira, ainda, sobre a verdade dos fatos. A imprensa deu ao caso suas melhores colunas, destacando a respeito qualquer depoimento. A polícia, entretanto, trabalhava com morosidade irritante e era notório o seu desinteresse, havendo até quem atribuísse essa falha ao fato de ser o doutor Antônio José Peixoto homem de grande prestígio e evidência. Em tudo se pensava e tudo se falava. Mas nada se apurava.

A notícia que mais sensação causou foi a publicada por Pires de Almeida. Explorava êle a situação do médico no crime de Emílio Mège, como "pivot". O jornalista acusava abertamente o doutor Antônio José Peixoto, dizendo-o, além de causador da morte da formosa Eugênia Mège, torturado pela paixão e pelo remorso. Acusava-o de ter, por meios escusos, subornado o coveiro-chefe da necrópole, com quem se teria acumpliciado na violação da sepultura.

Pelas reportagens da época, entende-se que o próprio médico foi quem quebrou as tábuas do caixão e, sem temor nem pejo, arrancou o que restava da infeliz cantora. Com calma e sangue frio, separou os ossos dos retalhos de carne apodrecida, lançou-os em um saco de fino tecido e transportou a carga macabra sob o seu capote para o próprio consultório, na Rua do Sabão.

Com carinho o médico apaixonado começou o processo de lavagem da cal virgem e potassa. Quando estava entregue a êste mister, foi surpreendido pelo seu colega de clínica, doutor Ferreira de Abreu, mais tarde Barão de Teresópolis.

O recém-chegado, vendo o colega extremamente ocupado, ajudou-o no serviço, desconhecendo porém do que se tratava. Mais tarde, Ferreira de Abreu auxiliou o companheiro na montagem do esqueleto de Eugênia Mège. Meses depois, foi que o futuro Barão de Teresópolis, intrigado pela atitude cuidadosa do colega para

com o esqueleto, interpelou-o e dêle teve a história verdadeira daqueles ossos guardados numa redoma em seu gabinete.

• • •

Vários autores se reportaram ao caso, entre êles o doutor Melo de Moraes, em seu "Brasil Histórico", apresenta uma certidão passada por Frei Manuel de Santa Delfino, em 26 de abril de 1848, que diz: Mme. Mège, assassinada por seu marido, foi sepultada a 20 de junho de 1847 — Existe a nota: "Por despacho da Câmara Eclesiástica, de 3 do corrente ano, e do — cumpra-se — pôsto nele pelo padre mestre guardião Frei Antônio do Coração de Maria e Almeida, de 26 do mesmo, foram transportados daqui para a França os restos de Mme. Mège, e, para em todo o tempo constar, fiz a presente. — Convento de Santo Antônio, 26 de abril de 1848 (as.) Frei Manuel de Santa Delfino, sacrístão efetivo". Comentou, ainda, aquêle autor que o doutor Peixoto, causador da morte de Eugênia Mège, munindo-se de documentos falsos, iludiu as autoridades e levou para casa os restos mortais da infeliz cantora, preparou-os e ligou-os, artificialmente, conservando-os consigo. Tudo isto, como foi dito, veio ao conhecimento do público por uma polêmica trava-

da entre os médicos José Peixoto e Ferreira de Abreu. Não fôsse essa desinteligência entre os dois facultativos, talvez ninguém soubesse que os ossos da cantora Eugênia Mège permaneciam em poder do causador de sua desgraça.

• • •

Diante dos elementos expostos por Melo de Moraes, não se pode acusar o coveiro de subôrno, nem o médico, de profano, pois tudo foi feito normalmente, com o sentido, entretanto, de serem transladados para a França os despojos da atriz.

• • •

Ainda pelo que diz Pires de Almeia, o "pivot" da morte de Eugênia Mège levou os restos dela para Paris, a fim de entregá-los à genitora. Entretanto, a mãe da artista tinha falecido e o médico, figura principal dos acontecimentos, comprou os direitos de uma campa em Père Lachaise e mandou sepultar o que restava de sua querida Eugênia Mège.

A Esquartejada do
Largo do Chafariz

Ao amanhecer o dia 18 de setembro de 1892 ocorreu um crime que, além de repugnar, abalou toda a cidade pela maneira brutal de que se revestira. De um chafariz do Largo do Depósito, cães vagabundos arrastavam, para as ruas próximas, vísceras humanas e pedaços de uma mulher esquartejada. Logo a população se alvorçoou com o acontecimento. A polícia, as agências de notícias, os moradores dos bairros distantes, transmitiam detalhes sensacionais do macabro episódio.

A polícia tateava. Não havia nenhuma pista nem informantes e tudo indicava que o crime passaria ao rol dos perfeitos. Os jornais faziam carga contra as autoridades e comentavam a inércia dos orientadores das investigações.

Mais tarde, a custo e mal recomposto, foi o cadáver reconhecido. Afirmaram, então, ser a assassinada uma meretriz de nome Maria de Macêdo, muito conhecida entre soldados e malandros da época. Seu ponto principal era a área onde está construído o Quartel General. Os jornais abriram colunas repletas de horror sobre o crime.

Maria de Macêdo era das mulheres mais conhecidas no mundo do meretrício. Freqüentava as tabernas das cercanias da Rua Monsenhor Felix e era cobiçada, por sua deslumbrante beleza, pela soldadesca e pela malandragem que via em seu corpo uma grande fonte de renda.

Mas, a meretriz tinha um admirador que a queria, não visando lucros, nem outro interesse que não fôsse a troca de amor. Para isto, Timóteo Freire da Silva (era o nome do apaixonado) lhe dava tudo quanto pedia. Maria tolerava-o por saber que êle era possuidor de uma pequena fortuna deixada por seu falecido patrão. Entretanto, como tôda mulher que nasce com o destino da lua, tinha o prazer em viver nos braços de uns e de outros, na mais desregrada devassidão.

* * *

Timóteo Freire da Silva era um preto velho, natural do Maranhão e possuidor de uma pequena fortuna legada pelo dr. Peregrino Júnior, médico de fama, que, não possuindo família, deixou ao seu velho companheiro tudo o que tinha, inclusive seus instrumentos cirúrgicos. Com êstes mesmos instrumentos, haveria o infeliz Timóteo de praticar o hediondo homicídio.

Morava êle em uma casa da Rua Barão de São Félix em companhia de uma mulher de nome Maria Antônia,

criatura de corpo escultural e de uma beleza sem par, a despeito de sua côr parda. Muitos comentavam a disparidade que se notava no casal. A verdade, entretanto, é que Timóteo sustentava todos os caprichos de sua amante. Não se cansava de dar vestidos e até o carro com que Maria se apresentava nas festas e bacanais de que participava. Enfim, Timóteo era um homem apaixonado, disposto a tudo para ter a seu lado o motivo de sua vida de sexagenário.

* * *

Mas, o infeliz, transido pelo ciúme, "acampanava" a mulher por todos os lados onde ela fôsse.

Na noite de 17 de setembro de 1892, Timóteo a acompanhou, de longe, e, sem que ninguém visse, postou-se em frente à casa onde se realizava uma festa e, humilhado, contemplou o idílio e as expansões amorosas de Maria com um cabo do regimento de cavalaria, de nome Manuel Gonçalves, militar êste admirado e querido pelas raparigas de vida fácil. Naquela noite, Manuel Gonçalves estava mais romântico do que nunca e dedicava-se inteiramente a Maria, causando em Timóteo a profunda dor de ver inatingível o último sonho do seu coração.

As primeiras horas da madrugada, Maria Antônia regressou e, chegando, encontrou à sua espera, o amante embriagado.

* * *

Não fôsse o gênio de Maria Antônia, talvez tudo tivesse serenado e aquela onda de ciúmes acalmaria, mas a meretriz, prevendo o que aconteceria, passou a insultá-lo e humilhá-lo, recorrendo aos mais mesquinhos detalhes.

Vizinhos acordados pelos protestos de Maria, que dizia ser Timóteo um velho imprestável, que não servia sequer para escolher um carro (referia-se ao carro que lhe fôra dado pelo amante), não ouviram nenhuma palavra de Timóteo. O desespôro começava a tomar conta do velho com o cérebro já alterado pelo álcool e, de repente, com uma rapidez felina, Timóteo arrojou-se para a desforra do seu amor humilde, "desmoronando tôda a sua existência que haveria de abalar a curiosidade humana num pasmo perene de revolta, de nojo e de pavor", conforme descreve o jornalista Mário José numa reportagem a respeito na revista "Vida Policial". "E de um golpe violentíssimo, não sendo, talvez, o intento do assassino, foi prostada, morta de súbito, a que transformara num monturo de lama e sangue aquela vida de virtu-

des", conforme se lê nas razões da defesa apresentadas pelo advogado Alberto de Carvalho que estudou, acuradamente, o caso.

* * *

Passados os primeiros momentos daquela revolta levada pelo álcool, o infeliz velho compreendeu o seu crime. Teve medo, então. Pensou em sair daquela desgraça que lhe tumultuava e lhe avolumava o pensamento. Lembrou-se, então, dos aparelhos cirúrgicos guardados como recordação do seu velho amigo, a quem serviu durante longos anos, com tôda dedicação. Com o auxílio dos instrumentos, Timóteo começou a esquartejar a vítima com a técnica de um anatomicista, seguindo com rigor as regras retidas em sua memória visual. Calmo e inabalável, cuidadosamente, começou o esquartejamento e a dissecação das vísceras e, de tal maneira, que impressionou os legistas pela perfeição do trabalho.

Retalhada a mulher, Timóteo Freire da Silva colocou as peças em um cêsto e cobriu-as com um saco de anágem. Em seguida, lavou a casa, fato este que despertou a atenção dos vizinhos que, algum tempo antes, ouviram o grito vibrante de Maria Antônia.

Para transportar o cêsto, por demais pesado para a sua idade, Timóteo foi procurar alguém para fazer o serviço e, no largo do Depósito (atual Praça dos Estiva-

dores), o velho encontrou José Valentim, conhecido pela alcunha de "Sol Pôsto", e o incumbiu de levar "um cêsto com um porco esquartejado" para um determinado açougue onde o suíno seria vendido. "Sol Pôsto" e Timóteo desceram pela Rua Barão de São Félix e encaminharam-se para o cais da Lapa, onde o sexagenário abandonou o carregador. "Sol Pôsto", notando a falta do dono da carga, pousou o cêsto sobre a amurada do cais e, depois de esperar, resolveu vender a mercadoria em pagamento do trabalho.

Dirigiu-se para um açougue e colocou o cêsto sobre o cepo, mas, ao descobri-lo, deparou horrizado que, em vez de carne de porco, existia ali um cadáver de mulher totalmente retalhado. Aterrorizado, o carregador levou a carga macabra para o Largo do Depósito onde, em um chafariz, abandonou o cêsto e desapareceu.

* * *

A polícia localizou "Sol Pôsto" e, por seu intermédio, deteve Timóteo Freire da Silva que, na Delegacia, mostrava-se alheio a tudo quanto diziam, negando o crime.

Por isto ou por aquilo, a polícia incluiu no rol dos culpados o nome de Pedro de Oliveira Leitão, vulgo "Cadete Pilôto", contra quem, no processo, nada existia de positivo.

Timóteo aproveitava-se da confusão em que se encontrava a polícia, no tocante à identificação da vítima. Garantiam ser a vítima a meretriz Maria de Macêdo, quando a amante de Timóteo era Maria Antônia. Sem saída, as autoridades processantes resolveram o caso fazendo constar dos autos o nome de Maria de Macêdo ou Maria Antônia. Isto criou complicações mais tarde, quando a parda Maria Antônia apareceu na Polícia, identificando-se e mostrando ignorar o tal atrito descrito pelas testemunhas do processo. Concluiu, então, a Polícia que a vítima de Timóteo era de fato Maria de Macêdo. Do emaranhado de depoimentos e fôlhas que constituíam o processo, só de uma coisa não se tinha dúvida. Timóteo tinha matado uma mulher e esquartejado o cadáver... A polícia não sabia se era Maria de Macêdo ou outra, pois Maria Antônia estava viva.

* * *

O processo foi demorado, a despeito dos esforços do criminalista Alberto de Carvalho, e, pouco antes do júri, Timóteo Freire da Silva, o principal acusado, morria na prisão, a 26 de junho de 1893.

A quatro de março de 1895, foram julgados "Cadete Pilôto" e "Sol Pôsto". O primeiro foi condenado a 30 anos e "Sol Pôsto" absolvido.

Submetido a novo julgamento, "Cadete Pilôto" foi também absolvido, mas o representante do Ministério Público recorreu, ficando o processo rolando na Justiça até que, 30 anos depois, o juiz Edgar proferiu a seguinte sentença :

"Visto, etc.. Consta dêstes autos terem sido, em 14 de novembro de 1892, denunciados Timóteo Freire da Silva, Pedro de Oliveira Leitão, vulgo "Cadete Pilôto", e José Valentim, vulgo "Sol Pôsto", como autores da morte da meretriz Maria Antônia, mais conhecida por Maria de Macêdo, a quem "post mortem" mutilaram, decepando-lhe a cabeça, braços e pernas, pelas formas descritas nos autos, de exame de autópsia de fls. 14, fato este ocorrido pela madrugada de 18 de setembro daquele ano, no pavimento térreo da casa número 42 da Rua Barão de São Félix (denúncia de fls. 2).

A exceção do primeiro denunciado, Timóteo Freire da Silva, que faleceu na prisão em 26 de junho do ano seguinte (fls. 495), foram os outros pronunciados e incurssos no art. 294, parágrafo 1.º do Código Penal, por despacho de 28 de outubro de 1893 (fls. 513).

Submetido a novo julgamento, pelo qual protestara, foi o réu Pedro de Oliveira Leitão absolvido na sessão do Júri de 14 de junho de 1895 (fls. 619). Dessa decisão apelou o representante do Ministério Público, e a Câmara Criminal da Corte de Apelação, por acórdão de 31 de janeiro de 1896, mandou submeter o réu a novo júri (fls. 617). A fls. 617 v. consta o último termo escrito então

nos autos — Da sua remessa ao escrivão do Júri, em 10 de março de 1896; nada mais, isto pôsto :

Atendendo que a prescrição da ação é subordinada aos mesmos prazos que a da condenação, e resulta exclusivamente do lapso de tempo decorrido em que o crime foi cometido, interrompendo-se pela pronúncia (Código Penal, arts. 78 e 79).

Atendendo que prescreve em 20 a condenação que impuser pena restritiva da liberdade por tempo excedente de 12 anos (Cód. art. 85, sexta linha);

Atendendo que da data da pronúncia do réu Pedro de Oliveira Leitão já há decorrido lapso de tempo superior a vinte anos;

Julgo em conformidade com o art. 71, n.º 4 e nos termos do art. 83, ambos do Código Penal, prescrita a presente ação intentada contra o mesmo réu Pedro de Oliveira Leitão; Dê-se-lhe, em consequência, baixa na culpa, arquivando-se os autos: — Custas, "ex lege". Publique-se, intime-se e registre-se. Rio de Janeiro, D.F. aos 20 de fevereiro de 1922. (as.) Edgar Costa.

A Cabeça

de Ratcliff

Os albores da madrugada de 17 de março de 1825 eram notados quando um irmão da Misericórdia, vestindo um balandrau creme, caminhava pelas estreitas ruas do centro, fazendo soar uma enorme campainha e apregoando com tôda a fôrça dos seus pulmões :

“Orai pelos nossos irmãos padecentes...”

Estava, assim, anunciado o enforcamento do dia e o cortejo estava prestes a por ali passar. Momentos depois, no largo da Prainha, a multidão que ali se encontrava para assistir às execuções ouvia, ao longe, o repicar dos sinos da Igreja de Santa Rita. Os condenados deixavam aquela santa casa onde foram orar e confessar-se, pedir a Deus o perdão para o seu crime.

Depois de alguns minutos que à assistência curiosa mais pareceram longas horas, davam entrada, no largo onde estava armada a fôrça, João Guilherme Ratcliff, João Metrovich e Joaquim da Silva Loureiro, condenados à morte, em um julgamento de orientação política, por crime de traição.

Ratcliff foi o primeiro a morrer. Seguiram-no Metrovich e Loureiro e, findas as execuções, os três cadáveres foram transportados em padiolas escoltadas por cavalarianos da Polícia até o Cemitério da Santa Casa da Misericórdia, onde, imediatamente, foram enterrados os

corpos de Loureiro e Metrovich. O cadáver de Ratcliff, entretanto, por ordem do Imperador Pedro I, ficou em um barracão situado ao lado do Hospital da Santa Casa, guardado por um soldado armado até altas horas da noite, quando o dr. Francisco Júlio Xavier, depois de preparar-se, cortou a cabeça do enforcado e entregou-a ao servente que o ajudava. O auxiliar, cuidadosamente, colocou-a em um pequeno barril onde estava preparada uma solução de sal grosso. Em seguida, fechou firmemente a tampa e lacrou-a, deixando o estranho fardo à disposição de Sua Majestade.

* * *

Carlota Joaquina foi sempre considerada pelos nossos historiadores como grande inimiga do Brasil, entretanto, proclamada a independência por D. Pedro I, a Rainha de Portugal desesperou-se. Tencionara a rainha fundar uma monarquia em seu favor nos Estados do Prata, visto ser a filha mais velha de Carlos IV, e esta ambição nunca lhe saiu do pensamento, mesmo depois que se retirou do Novo Mundo.

Sabendo que Ratcliff era homem capaz de perturbar a política de Pedro I, mandou-o a Pernambuco, onde os ânimos se achavam exaltados e, por isso, era considerado um bom campo para desenvolver as suas aspirações.

Quatro meses se passaram. Era notória a ação de Ratcliff, incansável na aquisição de adeptos e fundos para a implantação do regime sonhado pela imperatriz. Todos os planos estavam bem encaminhados quando um dia João Guilherme Ratcliff foi preso conferenciando com seus companheiros João Metrovich e Joaquim da Silva Loureiro.

Depois de um rápido inquérito, foram os presos mandados para a Bahia e dali para o Rio de Janeiro, onde foram julgados e condenados a morrer na fôrca, no dia 17 de março de 1825.

Ninguém, entretanto, acreditava na execução de Ratcliff e seus comparsas, pois corria a notícia de que a Marquesa de Santos estava interessada por eles e não poupava esforços para conseguir a comutação da pena.

Por outro lado, a Maçonaria também se interessou vivamente pelo destino de Ratcliff, sendo esse empenho de tal valia que o Imperador atendeu aos que o procuraram, da irmandade, dizendo que o perdão não concederia, pois se assim procedesse iria dar lugar a que outros revolucionários fizessem o mesmo que Ratcliff, tendo êle obrigação de atender a todos do mesmo modo, por justiça. Propôs, então, D. Pedro I, que seria facilitada a fuga de Ratcliff. A Maçonaria, porém, recusou êsse favor. Queria o perdão de Ratcliff, o homem que deveria proclamar a República do Equador, mas para servir a D. Carlota Joaquina.

Poucos foram os estudiosos que não consideraram Ratcliff inocente e heróico. Até a hora da morte chamou a si tôda a responsabilidade de seus companheiros em uma oração que não chegou ao fim :

"Brasileiros. Morro inocente; morro pela causa da razão, da justiça e da liberdade. Prazo aos céus que meu sangue seja o último que se derrame no Brasil e no mundo, por motivos políticos. Sinto que sejam arrastados ao suplício os meus companheiros, por meu respeito, porque só eu sou o alvo a quem se dirige a tirania. Morro pela causa da liberdade..."

E não concluiu. O alçapão abriu-se e o corpo de Ratcliff, depois de um ligeiro tremor, ficou balançando na extremidade do laço da morte.

Antes de morrer, porém, Ratcliff escreveu o comovente scneto que se divulgou, rapidamente, a despeito das proibições :

Eu não lamento o próximo perigo
Nem a estreita prisão lúgubre e forte.
Lamento as caras filhas, a consorte,
A perda irreparável de um amigo.

A prisão, não lamento, outra vez digo,
Nem o ver iminente o duro corte...
É ventura também achar a morte
Quando a vida só serve de castigo.

Ah ! quão depressa então acabar vira
Esse sonho, esse enrêdo, essa quimera
Que passa por verdade e é mentira ?...

Se eu filhas e consorte não tivera
E do amigo a virtude eu possuíra
Da vida um só instante eu não quisera

* * *

Dias depois da execução de João Guilherme Ratcliff e seus companheiros, o Imperador Pedro I mandou chamar o oficial da Guarda Imperial, José Duarte Galvão, e entregou-lhe o barril em que se encontrava a cabeça de Ratcliff, recomendando :

"Está entregue a ti uma das mais importantes missões do Império. Não te deves apartar um só instante dêste barril e, uma vez em Portugal, entrega-o, tu mesmo, à Rainha D. Carlota Joaquina, com os meus imperiais cumprimentos".

* * *

Os primeiros dos muitos dias de viagem foram sem novidade. Tudo corria calmamente. O vento, sempre

à feição, fazia deslizar sobre as águas a frágil galera onde ia o oficial José Duarte Galvão e a sua carga macabra. Súbito, na altura de Cabo Verde, uma nuvem escura começou a surgir no horizonte. O capitão, ao vê-la, estremeceu, prevendo a extensão da tormenta próxima a desabar. Aquelle pesadelo dos marinheiros corria numa velocidade assustadora, impulsionado por um vento brutal que fazia encher as velas e as bujarronas.

Conforme descreveu Galvão, a chuva caía em batedeiras, recrudescendo cada minuto que se passava. Os marinheiros, todos nos seus postos, trabalhavam ora a consertar um cabo que se partia, ora uma tábua que se despedaçava com a força que surgia com fragor, ora cuidavam de despejar as águas que o mar jogava para dentro da embarcação. Os mais tímidos já pediam o auxílio a Nossa Senhora dos Navegantes. Os mais encorajados diziam que nunca tinham visto uma tormenta igual.

Os ventos fremiam e os mastros estalavam, até que a quilha da galera, não suportando mais os embates da tempestade, rangeu, rugiu e partiu-se.

Começou o pânico e o salve-se quem puder.

Alguns marinheiros atiraram-se logo às águas e foram por elas imediatamente tragados. Outros, com gemidos plangentes, mãos postas aos céus, imploravam piedade e esperavam que a galera afundasse para com ela se irem também. O oficial José Duarte Galvão atirou o barril ao mar e, em seguida, jogou-se também, agarrando-se a élle.

O barril sobrenadava a tudo. Vinha a onda, como uma montanha, em cima de Galvão. Parecia que élle se ia submergir para nunca mais voltar, mas o barril milagroso, de repente, boiava à tona, como que cantando um hino de triunfo.

Galvão lembrou-se, então, que dentro daquele barril, que o estava salvando, se encontrava a cabeça serena do homem que ajudou a matar.

Naquela situação terrível, viu-o assistindo à missa, confessando-se, caminhando serenamente pelas ruas centrais do Rio de Janeiro rumando para a fôrca. Viu-o no momento em que falava aos que assistiam à execução e no momento em que deixou de falar, sendo enforcado, carregado em uma padiola e, depois de decapitado, colocada a sua cabeça naquele barril, como castigo por um crime abominável.

E era ainda aquela cabeça que o livrara da morte e que aos poucos o ia levando a um pôrto de salvamento.

E, agarrado ao barril, o oficial beijava-o, sôfregamente, porque, na sua imaginação febril, beijava a cabeça que ali estava encerrada.

Passado algum tempo, não se sabe quanto, o barril dava à costa. José Duarte Galvão estava salvo. Pelo que se sabe, foi élle o único sobrevivente do naufrágio.

“Mesmo depois de morto, quis a fatalidade que Ratcliff fizesse um ato de benemerência”.

A cabeça do revolucionário foi entregue à real destinatária. A essa época, já a viúva de Loureiro recebia, em Portugal, a mensalidade de vinte mil réis, paga por um decreto que dizia:

"A uma desgraçada que não tem culpa dos erros de seu marido".

• • •

O destino parece não ter concordado com o veredito daqueles que consideraram culpados Ratcliff e seus companheiros. Vários foram os implicados no caso que tiveram trágicos fins, tais como o falecimento súbito do Desembargador Garcez, um dos signatários da sentença "Morra o réu"; o recolhimento a uma casa de saúde de um outro desembargador que também assinou a sentença e que ficou reconhecidamente louco. O oficial José Duarte Galvão morreu louco em Niterói. O filho de Galvão suicidou-se, degolando-se; o espôsso de uma sua neta também suicidou-se e uma sua bisneta enlouqueceu.

Terrível castigo ou mera coincidência? Conforme comentou o saudoso Hermeto Lima, a nossa grande autoridade em crimes dos séculos passados.

juramento

Sinistro

Dentre os muitos relatórios dos antigos ministros da Justiça, existe um de número 1871, que, à página número 20, informa :

“Os homicídios mais notáveis foram o do francês Louis Galbert, cujo cadáver foi encontrado a 7 de maio, boiando no mar, próximo a um vapor, em frente ao cais dos Mineiros, descalço e inteiramente nu; verificando-se a existência de diversos ferimentos na cabeça e no peito, além de outros nos braços e nas pernas. A despeito das mais severas e minuciosas pesquisas, não tem sido, até agora, possível descobrir os autores dêste crime que se supõe ter sido cometido fora da cidade, em alguma praia da baía

Na verdade êsse crime mereceu a atenção da polícia da época, durante quase um ano, sendo, por fim, esclarecido.

• • •

Marinheiros que se encontravam na amurada do navio ancorado no cais dos Mineiros tiveram a atenção despertada para o corpo de um homem, completamente

nu, que era jogado de encontro ao costado da embarcação. Dado o aviso, o praticante de pilôto, de quarto no passadiço, determinou a amarração e ordenou no sentido de ser avisada a polícia. O sinaleiro, imediatamente, começou a transmitir os sinais semafóricos e, em pouco tempo, um bote trazia as autoridades que tomaram conhecimento do misterioso crime.

A chegada do cadáver ao cais Pharoux despertou a atenção do público e, apesar do estado quase putrefato, foi a vítima identificada como sendo o francês Louis Galbert, escrivário de importante firma francesa da Rua do Ouvidor. Um barqueiro, depois de olhar o cadáver, detidamente, exclamou preocupado :

— Não sei onde, mas garanto que vi e conversei com este sujeito...

A remoção foi feita e o barqueiro, pensativo, procurava lembrar-se de onde e quando havia estado com aquêle rapaz... Faltava-lhe apenas um pequeno detalhe para resolver a sua dúvida e, o mais importante, desvendar o misterioso crime.

* * *

Na cidade francesa de Lille, onde se deu o início do trágico acontecimento, muitos anos antes do crime, eram alunos do "Colégio de Lille" Louis Galbert e Albert Mou-

riath. Desde pequeno, Albert era o diabo em figura de gente, e, na escola, já os seus maus instintos se revelaram, sendo, por isso, detestado e temido pelos colegas. Os professores tentavam por todos os meios modificar aquela índole feroz mas, apesar de todos os castigos, quase que diários, nada conseguiram e, dia a dia, Albert se mostrava pior.

Certa vez, o diretor da escola e alguns professores tiveram a atenção despertada para uma sala de onde saíram lancinantes gritos de socorro. Acorreram na direção e arrombaram a porta, deparando com a filha do diretor que se debatia, subjugada e seminua, sob o pernoso menino que, a lhe apertar a garganta, rugia, completamente fora de si :

— Se dás mais um grito, eu te estrangulo!...

O mestre-escola chegou a tempo de evitar a consumação do crime; a jovem, já desfalecida, foi entregue aos cuidados do médico e Albert Mouriat foi expulso do educandário.

Durante dois anos, não se teve notícia de Albert; e um dia, quando Louis Galbert regressava do trabalho, encontrou-o em uma das ruas de Lille. Em meio à satisfação do encontro, Louis notou uma grande transformação no ex-colega. Não era aquêle mesmo Albert dos tempos de colégio. Tinha atitudes mais polidas, suas palavras haviam perdido a brutal rudeza primitiva, enfim, uma metamorfose completa.

A conversa estendeu-se caminho afora e, quando perceberam, os dois estavam diante da residência de Louis. Como era de costume, Adele, irmã de Louis, esperava-o à porta e, por princípio, o jovem apresentou o companheiro à irmã. Depois desta data, os encontros entre Louis e Albert tornaram-se freqüentes. Albert ia, às vêzes, esperá-lo à porta de casa e, enquanto Louis não chegava, o jovem mantinha animada palestra com Adele, formosa jovem de dezessete anos, alta, esbelta, de pele maravilhosa e olhos azuis que a tornavam mais que sedutora. Aquêles encontros não eram casuais, conforme acreditavam todos em casa. Albert sabia prepará-los para manter com a jovem Adele o seu "flirt".

Um dia em que, por qualquer motivo, Louis se retirou mais cedo do trabalho, teve a desagradável surpresa de encontrar no caminho Albert e Adele, abraçados, passeando em uma das alamedas públicas da cidade. Os dois não o viram e durante todo o tempo foram vigiados pelo irmão que não os perdia de vista.

Em casa, seu primeiro cuidado foi revelar todo o ocorrido a seus pais, dizendo-lhes tudo quanto sabia a respeito de Albert e seu passado. A família procedeu, então, à indagação sobre o rapaz, e tão más foram as referências que Adele ficou proibida de falar ao namorado. Albert, entretanto, não se deu por vencido e, por todos os meios e modos, tentou aproximar-se da moça. Durante um ano inteiro lutou para conseguir o seu intento, obrigando Louis a tomar providências drásticas

que culminaram com uma cena de pugilato, quando Louis lhe ministrou violenta surra em praça pública.

Depois de longa porfia, moído pelos sôcos de Louis, Albert, sangrando, observou :

— Um dia tu me pagarás ! Tu hoje me bates; pois dia virá que quem te baterá serei eu... Eu, que hei de te bater com um pau até matar-te nem que tenha de ir procurar-te do outro lado da terra...

Mas, em Lille, Albert nunca se atreveu ou não teve oportunidade de fazê-lo...

* * *

Os tempos passaram e Louis, seduzido pelo desejo de riqueza, sonhava em viajar para o Brasil até que, um dia, depois de juntar o suficiente para as passagens, veio para cá, desembarcando quase sem dinheiro. Procurando o cônsul de seu país e expondo-lhe a situação, foi apresentado a uma firma francesa que o aproveitou em pequenos serviços. Logo, pela sua inteligência e capacidade, foi transferido de seção, passando a gozar de estima e consideração. Os bons ordenados e a vida metódica de Louis concorreram para que, em poucos meses, ele estivesse em situação invejável.

A figura de Albert já se lhe apagara da memória quando, um certo dia, Louis atravessava a rua das Violas e, ao longe, divisou a figura do seu ex-colega. Se tal fato se desse em França, Louis teria passado sem lhe falar, mas, no Brasil, um país tão distante, a pessoa do seu ex-amigo lhe pareceu mais digna de estima e aprêço do que na verdade era. Louis aceitou os cumprimentos de Albert e correspondeu com palavras amáveis à expressão de carinho e espanto do companheiro. Logo de princípio, Louis quis saber da situação em que se encontrava o seu compatriota numa tentativa de ajudá-lo no que fosse possível. Albert, entretanto, disse estar vindo da cidade de Buenos Aires onde, à custa de seus esforços, economizara o suficiente para se estabelecer no Rio de Janeiro. De fato trazia algum capital, fruto de longas economias.

* * *

Tôda vez que podia Louis guiava-o, apresentando-o a amigos e conhecidos, arranjando-lhe acomodações. Uma vez conseguira mesmo para élé um emprêgo no banco, trabalho êste que Albert conhecia a fundo, pois em Lille fôra por muito tempo funcionário de um estabelecimento bancário. O amigo, entretanto, recusava-se a aceitar, repetindo-lhe querer estabelecer-se por conta própria.

Um certo domingo, Albert propôs um passeio marítimo.

— Vamos dar um passeio pela baía? — perguntou Albert — Você ainda ontem dizia que não teve tempo de conhecer as belezas da Guanabara... Se quiser, podemos ir hoje que é domingo...

Louis hesitou em aceitar o convite do patrício. O dia, porém, estava tão lindo e o céu tão azul que o jovem acedeu. Albert teve um brilho estranho de triunfo nos olhos claros, que se acenderam num súbito fulgor de ódio. Louis não percebeu, contudo, a momentânea transformação da expressão do companheiro, pois quando o fitou já deparou com o companheiro, sorridente, a lhe dizer :

— Precisamos de uma boa matalotagem: carne frita, ovos duros, pão, bolachas, uns doces e... vinho, sobretudo, vinho da nossa terra! Se você estiver pela combinação, eu pagarei pelo bote e você se incumbirá da comida. De acôrdo?

Louis tornou a hesitar, indeciso e perturbado. Mas, que mal havia, porém, naquele passeio marítimo àquela hora suave da manhã? Era domingo. Caso recusasse o convite, que faria élé durante todo o dia sem ter para onde ir nem o que fazer?

— De acôrdo — concordou Louis — vou até em casa mudar de roupa e estarei de volta daqui a pouco com o farnel. Onde nos encontramos?

— No cais Pharoux — sugeriu Albert — Enquanto você vai dar as suas voltas eu me incumbirei de arranjar o bote...

A caminho de casa, Louis Galbert recordava o passado, onde a figura do atual companheiro de passeio avultava, rancorosa e má. Absorvido nestes pensamentos, Louis mudou a roupa, comprou o farnel para o piquenique e voltou a se encontrar com o amigo. Este já o esperava no bote "O Voador" cujo dono, ao vê-los embarcar, desejou boa viagem.

Louis ia no leme. Albert remava. O sol estava alto e quente; mas a brisa marinha, que enrugava a face das águas mansas, trazia um certo alívio para o calor reinante. O bote dirigia-se para a Ilha do Governador. Volta-e-meia, Albert deixava de remar, piscava um olho ao amigo. Este sorria e desarrolhava uma garrafa de vinho "Bordeaux" que trazia e ambos, alegremente, bebiam à saúde, à amizade que os unia e à glória da França. Depois, tornava Albert aos remos e Louis à cana do leme. Lentamente, a pequena embarcação sulcava as ondas.

— E se tomássemos um banho? — perguntou Mouriat, sorridente.

— Ótima idéia! — retrucou Louis — Aproemos àquela ilha onde há u'a magnífica praia.

A manobra foi feita e os dois tocaram para a ilha de Saravatá. Ali, e já muito alegres pelos vapores do vinho, embicaram "O Voador" na areia, despiram-se às

água. Terminado o banho, Louis brincava infantilmente na areia esperando secar o corpo, quando Albert foi até o bote, retirou a cana do leme e, pé-ante-pé, aproximou-se do patrício, desfechando-lhe, por trás, violenta pancada na cabeça. Louis caiu aturdido, ouvindo, ainda, a voz de Mouriat que lhe dizia:

— Pensavas tu que eu já tinha esquecido da nossa briga de Lille? Pois saibas que não me esqueci e bem tolo foste tu de haver-te esquecido dela! Lembras-te do que então jurei? Não te lembras? Pois eu recordo-te! Jurei que um dia me pagarias. Que naquele dia tu me batias, mas havia de chegar o dia em que eu te bateria até matar-te, nem que fôsse preciso, para isto, procurarte do outro lado da terra. Foi o que jurei, e agora chegou a hora de cumprir a promessa. Vim da França ao Rio para êste momento de suprema ventura. A hora de tua morte chegou...

E, sem dizer mais nada, Albert Mouriat começou a desferir tremendos golpes no crânio, no tórax, até matar o companheiro. Feito isto, arremessou o cadáver ao mar e remou de volta para o cais Pharoux, onde encontrou o barqueiro que lhe perguntou:

— Então, que é do companheiro?

O criminoso, como se nada houvesse acontecido, explicou:

— Ficou lá na Ilha. Encontrou uns amigos e ficou a apanhar camarões...

Os meses se passaram e um certo dia o barqueiro, dono de "O Voador", se encontrava tecendo uma rême, quando por entre as malhas divisou a figura de um jovem. Impressionou-se. E, como que impulsionado por uma mola, levantou-se e procurou por perto a polícia. Seguido de um miliciano, aquêle homem do mar acerrou-se de Mouriath e acusou:

— É este o homem que viajou em meu barco em companhia daquele outro que foi encontrado morto.

Mouriath precipitou-se e tentou uma fuga desesperada, condenando-se assim. Albert Mouriath foi, então, pronunciado, julgado e condenado a um longo tempo de prisão. O curioso é que necessária foi a presença do criminoso para que o dono de "O Voador" se lembrasse quem era a vítima. Ele tinha razão. Ele havia, de fato, visto e conversado com Louis Galbert e Albert que viera de tão longe, depois de tanto tempo, para cumprir o siniestro juramento de Lille.

Os Crimes

da Morfética

Um corpinho de recém-nascido, degolado, balançava pendurado em um galho de guaxima à margem do mangue do Aterrado. Era o oitavo cadáver de criança que aparecia naquele logradouro com os mesmos ferimentos, o que fazia concluir ser o criminoso o mesmo.

Os achados macabros vinham deixando a cidade alarmada, tal o barbarismo descrito pelos que acorriam ao local dos acontecimentos. A polícia achava curioso o fato de, no local, apesar dos ferimentos que apresentavam as pequeninas vítimas, não haver sinais de sangue.

A população carioca, assustada, falava de um homem-vampiro que sacrificava as crianças. Ninguém, entretanto, queixava-se dos aparecimentos à polícia, deixando as autoridades na suposição de que os pais das vítimas estivessem sob constantes ameaças de perigoso bando de sádicos.

Nenhuma ação, entretanto, se via da parte da polícia se é que ela existia.

* * *

A polícia da época muito deixava a desejar conforme relatou o ministro da Justiça de 1833, dr. Honório Hermeto Carneiro Leão :

"A Polícia, objeto de tanta importância em tempos de perturbações e crimes, pode-se dizer que não existe hoje no Império. A Intendência Geral da Polícia da Corte, que em muitas ocasiões foi objeto de declamações tais, que ao ouvir-se os declamadores, se deveria supô-la montada à semelhança da Polícia de França, de fato, nunca dela se aproximou. No tempo da minha vida pública, sempre a conheci limitada à administração de obras públicas, e à apreensão de ladrões e malfeiteiros, de objetos roubados ou furtados, e de escravos fugidos. Estas mesmas atribuições eram mal exercidas por deficiência de meios, porque cada ano uma desgraçada fatalidade fazia com que se lhe restringissem os poucos que tinha, negando-se-lhe sempre toda a espécie de cooperação.

Assim mesmo, a Polícia sempre teve intendente hábil e diligente, não pequenos serviços fêz a esta capital; hoje, porém, está inteiramente privada de os poder fazer de alguma valia.

O Código Processual extinguiu o Intendente Geral de Polícia, ordenando, como ordenou, que nas grandes cidades populosas pudesse haver até três juízes de direito, e que um deles fosse o chefe de polícia. O Código, porém, não definiu o que fosse o chefe de polícia, que atribuições tinha e como as

havia de exercer. O governo deu-lhes um regulamento: por élle o Chefe de Polícia está quase limitado a transmitir notícias aos juízes de paz, e a recebê-las dêles para as comunicar ao governo. É fácil, portanto, ajuizar que Chefe de Polícia é um nome vã, que não serve senão para comprometer o magistrado que o tiver.

Não tem jurisdição para passar um só mandado de busca, um só mandado de prisão. Em uma capital como esta, em que há grande acumulação de ladrões e facínoras e em que aportavam tantos estrangeiros vadios, hábeis na arte de furtar, é indispensável uma polícia melhor montada. Os juízes de paz não podem exercê-la satisfatoriamente; além disso não se pode pôr à disposição de tantos juízes a força pública, nem pode haver a unidade que seria necessária. A muitos falta a inteligência, zélo e atividade que para isso eram necessárias; outros, ocupados com seus negócios particulares, temem procurar vestígios de delitos, que lhes roubariam o tempo que querem para dar a êsses negócios. Assim, pode-se dizer que o Código de Processos, no que toca à polícia, não protege a vida dos honrados cidadãos, não lhes garante meios de haverem sua propriedade roubada; protege os roubadores, dificulta e

torna incerta a apreensão do que êles uma vez conseguiram apropriar-se violenta ou astuciosamente".

Por este pequeno tópico do extenso relatório do Ministro da Justiça, pode-se deduzir o motivo pelo qual criminosos daquela época agiam impunemente a ponto de vários crimes serem cometidos, no mesmo local e pelo mesmo criminoso, sem que houvesse qualquer ação para impedir e prender o autor de tantos homicídios.

* * *

O horror de que foi tomada a população obrigou a polícia a se movimentar para dar fim, não só aos crimes, mas aos comentários desairosos e ondas populares.

Começaram, então, as batidas policiais no Largo do Paço, onde elevado número de marinheiros das embarcações surtas no pôrto, escravos e prostitutas se misturavam durante o dia; no Arco do Telles, onde mendigos leprosos, vagabundos de tôdas as nações, ladrões procurados pela polícia assentavam as suas tendas e ali dormiam depois de combinarem os arrombamentos e os assassinatos que no dia seguinte deviam pôr em prática nos lugares afastados da cidade. Dezenas de hospedarias suspeitas, que davam dormida, por cinco vintêns, a pros-

titutas e bandidos devassos, na Rua da Misericórdia, foram tôdas vasculhadas. No Cais do Pina foram batidas as bodegas, no fundo das quais o moedeiro falso fazia as suas negociatas impunemente e os assassinos combinavam os preços dos crimes a praticar.

Foram detidos famosos personagens como "Bentevi", "Ólho de Gato", "Juriti" e "A Onça", esta última posta imediatamente em liberdade por ser morfética e estar caindo aos pedaços.

* * *

A onça era uma megera repelente que se chamava Bárbara dos Prazeres. Cantoneira na Cisplatina, tinha matado um filho e envenenado uma irmã, iniciando com êstes crimes uma série de incontáveis homicídios. Amante de um sargento de caçadores, Bárbara aportou no Rio de Janeiro em 1833 e, pouco tempo depois, assassinou o amante, a golpes de punhal, quando o infeliz dormia.

Lutando pela subsistência, Bárbara divisou novos horizontes ao penetrar na devassidão social, e instalou-se como parteira em uma das ruas escondidas da cidade.

Para o seu "consultório" um sem número de jovens de tôdas as classes acorriam para abortar os frutos de seus amôres pecaminosos e, com isto, Bárbara ia cobrando somas fabulosas durante o dia. A noite, gastava tudo nos bares e bodegas da cidade, onde dificilmente não

amanhecia roubada pelos que se aproveitavam do seu estado de embriaguez.

Os seus olhos esbugalhados pelo uso do álcool concorreram para que a chamassem de "Onça" e seu contínuo estado etílico fêz com que suas "clientes" a abandonassem, temerosas de qualquer insucesso. Assim foi "Onça" de queda em queda, andrajosa e faminta servindo de pasto aos marinheiros depravados e aos soldados libertinos.

A essa altura a suspeita de um sem número de crimes e infanticídios pairava sobre sua cebaça.

O surto de varíola ameaçou a cidade e Bárbara, "Onça", foi vitimada pela terrível moléstia. Recolhida ao Hospital da Misericórdia, a criminosa ficou internada entre a vida e a morte, terminando por curar-se e sair terrivelmente deformada. A moléstia deixou acentuadas marcas pelo rosto, deformando o nariz e as pálpebras, que desapareceram.

Medonha, enchendo de pavor a todos, começou, então, a freqüentar o Largo do Paço e a dormir no Arco do Telles. Durante o dia vagava pelas praias do Pharoux, quando encontrava algum compadecido que lhe

atirava alguma fruta ou comida para matar a fome. A noite, a "Onça" era vista embuçada em trapos, em um canto isolado do Arco do Telles.

Como não bastasse para pagar os seus crimes, a mão do destino fêz com que Bárbara contraísse uma outra doença ainda mais terrível do que a primeira: a morféia.

"Onça", na ânsia de cura, procurou as ciganas que habitavam o morro do Nheco e, a conselho delas, banhava-se com o sangue de gatos e de cabritos e comia carne de cobras, sapos e lagartixas. Como o tratamento não melhorasse, as feiticeiras aconselharam-na a tomar banho de sangue de criança. Começou, aí, novo rosário de crimes da famigerada "Onça".

No silêncio da noite, Bárbara dos Prazeres escondia-se nas proximidades da Roda dos Expostos, espreitando até que alguma infeliz, por força das circunstâncias, ou por desnaturada ação, fôsse abandonar os inocentes que

enjeitavam. Quando isto acontecia, a megera saía do seu esconderijo e corria para roubar a criança.

Sorrateiramente, envolvia o pequenino corpo em seus andrajos e afastava-se tomando o destino do mangue do Aterrado.

Ali, amarrava a vítima pelos pés a um galho de árvore e, com um canivete, fazia profundo corte no pescoço, deixando que o sangue da pequenina vítima lhe banhasse os horríveis ferimentos e refrescassem as chagas abertas pela moléstia. E quando o sangue morno lhe salpicava as pústulas, ela regorgitava de prazer, terminando o sádico tratamento quando do corpo inanimado mais nenhuma gôta de sangue corria. A monstruosa criatura voltava ao Largo do Paço para continuar na sua vida repugnante.

* * *

Certa manhã, a ronda que passava pela Rua Direita, próximo à Igreja do Carmo, viu um corpo humano envolvido em trapos, estendido a fio na calçada. Com o pé um soldado sacudiu-o. Estava rígido. Era "Onça" que tinha naquela noite morrido de miséria e, talvez, de remorsos dos grandes crimes que praticou, conforme disse o saudoso Hermeto Lima, no seu "Crimes Célebres do Rio de Janeiro".

Inconsequiência

de Jurados

Se os jurados que se sentam para julgar os réus, por um calhamaço de papéis datilografados, conhecessem um pouco da nossa história criminal, por certo os nossos julgamentos não se resumiriam a apenas uma meia dúzia de horas. Felizmente, para êles, não temos a pena capital, do contrário, muitos seriam os que não poderiam descansar a cabeça, levados pela agonia de ter contribuído para entregar ao carrasco uma vítima da sua incompetência ou da sua precipitação. Entre os muitos casos existentes, há o do escravo Domingos Moçambique, de idade avançada e completamente cego. Êste infeliz foi levado à fôrça, em 16 de fevereiro de 1837, por decisão de um conselho de sentença que o julgou culpado no dia 16 do mês anterior.

As últimas horas da noite de 22 de dezembro de 1836, vizinhos e transeuntes que passavam pelo prédio número 57 da Rua do Rosário tiveram a atenção despertada para os grossos rolos de fumaça que saíam por entre as fendas da porta. Após os primeiros instantes de hesitação, os que se aglomeravam em frente resolveram

arrombá-la, e, em meio a confusão, ouviram do fundo da loja a voz do escravo Domingos que pedia que o socorressem, dizendo, ainda, que o outro que ali estava já tinha morrido. O incêndio, no entanto, estava no início e pôde ser debelado com facilidade. Serenada a confusão, os populares que acorreram encontraram o cadáver do caixeiro Manuel da Costa Rêgo em que se viam vários ferimentos produzidos por faca. A maioria dêles foi desferida no abdome, sendo que o mortal tinha sido dado sobre o coração. O achado provocou certo rebuliço e Domingos Moçambique foi preso por estar com a roupa salpicada de sangue. Logo deduziram ter sido o crime obra do velho cego.

A polícia, ao contrário de seu dever de investigar, limitou-se a começar um inquérito, baseando-se nas testemunhas que para o local acorreram e ajudaram a debelar o incêndio, e procurar elementos testemunhais que condenassem o infeliz escravo que protestava inocência, contando uma história bastante verossímil, mas não aceita pelas autoridades.

Interrogado, Domingos Moçambique negou com veemência o crime que lhe imputavam. Limitava-se a dizer que o "sinhô" Manuel José da Costa Rêgo saíra pouco depois de fechar a casa, voltando em seguida com um homem de nome João com quem estêve jogando muito tempo. Já era bastante tarde quando o tal João saiu e mandou que Domingos fechasse a porta e não a abrisse para ninguém. Momentos depois, com o seu olfato apurado, sentiu o cheiro de fumaça que vinha da

direção onde dormia o caixeiro Manuel José. O cego dirigiu-se ao local onde tinha começado o fogo e esbarrou com um móvel onde estava o corpo do caixeiro. Então, começou a gritar por socorro, até que sentiu que forçavam a porta que terminou por ser arrombada por populares, entre êles o comerciante Joaquim Francisco de Oliveira, proprietário da casa comercial onde se deu o crime.

Quando tateava, procurando acordar o caixeiro, o cego deparou com o cadáver de Manuel José, manchando de sangue as mãos e as vestes.

Não negou o indigitado criminoso ter tido forte altercação com o caixeiro, dias antes, quando o ameaçou de cruel vingança. Esse incidente veio, mais tarde, servir como prova circunstancial, muito usada pelo representante do Ministério Público. A palavra do pobre escravo não tinha nenhum valor. Ninguém lhe dava crédito.

Com um conselho de sentença formado por renomados cidadãos da época, tais como Cândido Pereira Monteiro, José Flóri Vidal, Antônio Pereira Ribeiro Guimaraes, Antônio Nunes Machado, André Mendes da Costa, Manuel do Rêgo Coutinho Viana, José Moreira Lírio, Francisco José de Oliveira e Souza, Augusto Duque Estrada Meyer, Antônio Maria Soares de Lima, o Conde de São Simão e Manoel Fernandes da Silva, foi o infeliz es-

cravo julgado sob a presidência do juiz Eusébio de Queiroz Coutinho Matôso Câmara.

Por solicitação do curador José Maria Frederico de Souza Pinto, advogado do réu, foram ouvidas em plenário várias testemunhas, entre as quais Joaquim Francisco de Oliveira, dono do escravo que estava sendo julgado e proprietário do armazém onde se dera o crime.

Embora não contasse que o comerciante defendesse o seu escravo, não se esperava que o seu depoimento fosse tão cruel. Começou o vendeiro por dizer que "só poderia ter sido Domingos, pois sómente ele e o caixeiro dormiam na mesma loja". Garantiu que o velho escravo "era um homem de instintos sanguinários, incapaz de ser contido quando premeditava ou prometia fazer alguma coisa. E era de seu conhecimento que, por motivos não explicados, Domingos Moçambique havia prometido matar Manuel José da Costa Rêgo e suicidar-se em seguida".

O representante do Ministério Público explorava a testemunha que, por certo, queria desfazer-se do inútil escravo cego, que lhe servia, sómente, para peneirar fumo e tecer algumas peças de tábua e fibras. O comerciante continuava a acusar, dizendo ser o infeliz Domingos Moçambique "um homem de uma perversidade a tôda prova, capaz de praticar coisas muito piores do que aquêle crime".

Por sua vez, o dr. José Maria Frederico de Souza Pinto procurava elementos para defender o escravo cego, por quem sentia certa simpatia e não acreditava ter sido ele o criminoso. Formulou uma pergunta sobre a situação de cegueira do seu constituinte. A testemunha respondeu sem titubear, dizendo que "Domingos, embora cego, tinha um tino muito aperfeiçoado, conforme era do conhecimento dos quantos freqüentavam o seu estabelecimento. Por várias vezes o escravo cego tinha fugido de casa, sendo que na última, não fazia ainda dois meses, foi tomada a providência de acorrentá-lo. Domingos, entretanto, deixou de alimentar-se por vários dias até que lhe tiraram as correntes".

Outras testemunhas depuseram sem que nenhuma palavra beneficiasse o réu. Todos tinham visto o velho escravo com as vestes salpicadas de sangue e com as mãos sujas, também. Nenhuma delas ouviu os gritos de Domingos Moçambique pedindo socorro. Todos afirmavam que as portas estavam fechadas por dentro a chave e a trancas. Todos repetiam que sómente Domingos estava no interior do armazém quando entraram e, por fim, todos diziam saber, pelo próprio dono, ser o escravo um homem mal e de índole perversa. Para dificultar a defesa, todos os depoentes eram de parecer que Domingos Moçambique tinha matado o caixeiro Manuel José da Costa Rêgo, com requintes de perversidade, ateando fogo à casa, em seguida, para morrer queimado e fugir às penas da justiça.

O Ministério Público começou, então, a sua acusação baseando-se únicamente nos elementos circunstanciais de que dispunha. O promotor, hábil e sagaz, explorava os trechos mais pesados dos depoimentos, terminando por pedir aos jurados que não se deixassem levar pela piedade que Domingos inspirava aos que o olhavam e "desafiava a defesa a apagar dos olhos dos jurados a verdade dos fatos; que pudesse obscurecer a luz clara, transparente, diáfana, incontrovertida, que irradiava do processo. Lembrava que o prêto estava dentro do armazém, onde não entrava pessoa nenhuma; que as portas estavam trancadas; que as chaves tinham sido encontradas debaixo do colchão do assassinado; que o sangue ainda palpitava nos pés do acusado bem como nas unhas que tinham sido lavadas recentemente, para que dêle ninguém suspeitasse". Salientava a má índole do réu e as suas palavras de vingança. Como o tempo expirasse o acusador fez rápida apreciação sobre o que seria Domingos se não fosse cego, "se ele que, tendo esse defeito, era uma perversidade sem par", e concluiu pedindo aos jurados que não se enternecessem e que aplicassem ao réu a pena de morte.

* * *

O advogado de defesa começou sua oração, calmo e sereno, que até ele "pela maneira como foi apresentado

o fato pelo representante do Ministério Público, não hesitaria em condenar o réu à pena capital; acontece, entretanto, que desse crime monstruoso, revestido de uma crueldade revoltante, não se tem o principal: uma prova de que foi Domingos Moçambique o autor".

Mostrou o dr. José Maria Frederico de Souza Pinto que não se podia negar a defender um pobre desvalido, especialmente quando ele era perseguido pelo clamor público, como era o seu constituinte. Fêz ver que não pedia piedade para Domingos, e sim implorava justiça para o infeliz escravo, vítima da precipitação das autoridades que fizeram o processo, irrefletidamente. Asseverou ser o processo mais um exemplo da precipitação com que são feitos, sem estudos nem reflexão. Mostrou falhas no processo. No inquérito, as testemunhas declaravam que Domingos tinha sido o ciminoso, e no tribunal, em plenário, declaravam que "presumiam", "que não podiam afirmar". Estranhou que o promotor achasse provas aquilo que era presunção, reportando-se ao fato de ter o escravo acusado lavado as mãos para fazer desaparecer o sangue da vítima. Era lógico que Domingos tivesse de estar salpicado de sangue pois ele mesmo declarou "que sentindo o cheiro de fumaça, caminhou em direção ao local de onde provinha o cheiro, sabendo que ali dormia o caixeiro". Assegurou que ninguém em sã consciência poderia dizer que Domingos era o autor do crime, como, também, ninguém poderia dizer que não o era. O advogado terminou a sua defesa mostrando que, por presunção, não se poderia condenar um ser humano.

"Só por prova, senhores jurados, poderá deixar-se levar o juiz, a fim de que não sinta o remorso de ter enviado para o cadafalso um inocente", concluiu o dr. Souza Pinto.

Findos os debates dessa sessão, a 16 de janeiro de 1837, foi reunido o conselho que condenou Domingos Moçambique a morrer na fôrca, dentro de um mês.

No dia exato, foi o infeliz Domingos Moçambique enforcado no largo do Moura. Terminado o algoz de cumprir o seu triste dever e a justiça de ser satisfeita, os espectadores que coalhavam a praça se retiraram, ficando apenas um, que Hermeto Lima cita em seu livro "Os Crimes Célebres do Rio de Janeiro", em tópico que aqui transcrevo: "Mas de tôda aquela cena da fôrca, apenas um homem que assistiu a tôda a cerimônia, ficou cabisbaixo, perplexo, aterrorizado. Daí em diante êsse homem não pôde mais viver. Foi definhando, definhan-
do, até que baixou o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Não era um doente vulgar, também não se lhe notava acesso de loucura, mas falava sózinho uma coisa que ninguém entendia. As vêzes passava as mãos esque-

léticas pela fronte pálida, como que para fazer desaparecer alguma coisa que se lhe desenhava nos olhos.

Uma tarde, chamou a irmã de caridade e disse que, pelo amor de Deus, lhe chamassem um padre, pois queria confessar-se. Veio o sacerdote e lhe fêz a vontade. Acabada a confissão, o sacerdote retirou-se, chegando, momentos depois, as autoridades policiais. Aproximando-se estas do leito do moribundo, o ministro de Deus comunicou-lhes que, ouvindo aquêle homem em confissão, lhe havia declarado que só êle tinha sido o assassino do caixeario da Rua do Rosário. Acrescentou o sacerdote que não podia revelar um segredo de confessionário, mas que o fazia por autorização do doente, que não queria morrer sem fazer aquela declaração. Interrogado o doente, êste declarou ser verdade o que dissera ao padre. Momentos depois, falecia. Esse homem era João — a quem o infeliz prêto cego Domingos Moçambique se referira quando interrogado".

Se os jurados que se reuniram para julgar o velho Domingos Moçambique não se tivessem deixado levar pelo clamor público, na maioria das vêzes inconseqüente e apaixonado, aquêle inocente não teria sido sacrificado, nem a nossa história criminal manchada com o seu sangue.

O Crime das
Fóias Falsas

A cidade foi despertada, na manhã do dia 10 de junho de 1868, com o anunciar de um crime que indignou profundamente a população, pelo barbarismo com que foi praticado. Atravessava-se uma época de crimes sucessivos, e o novo homicídio veio lançar um ambiente de terror indizível. Falava-se de um demente que matava pelo simples prazer de ver o sangue de suas vítimas correr a seus pés. Outros diziam ser uma quadrilha a vingar-se da sociedade que pressionava a polícia para exterminá-la.

* * *

O guarda rondante, já no fim do seu trabalho diário, ao passar pelo prédio número 238 da Rua do Hôspicio, notou uma das janelas abertas. Cumprindo ordem da corporação, o policial chamou pelos moradores e, não obtendo nenhuma resposta, pulou a janela e passou a revistar a casa, minuciosamente, até que, ao chegar a um dos quartos, encontrou o cadáver de uma mulher no meio de uma poça de sangue. Diante do achado, o rondante trilou o seu apito, até que outros colegas seus

aparecessem. Momentos depois, ali se encontravam o delegado e seus auxiliares.

Apesar de na época já ser, em todo o mundo, importante a contribuição da ciência nos trabalhos policiais, a nossa polícia era desprovida de técnicos que pudessem facilitar as investigações, sempre morosas, exigindo dos agentes da lei um sacrifício sem precedentes.

Logo foi feita a identificação da vítima, não obstante a completa mutilação do cadáver. Tratava-se da decaída Ermelinda Rosa de Jesus, jovem ainda, e de uma beleza fascinante.

A infeliz tinha o crânio rachado por uma machadinha que foi encontrada no local. Inúmeros golpes, em várias partes do corpo, patenteavam a ferocidade do criminoso.

Estava a sala inundada de sangue, espalhando-se pelo solo pedaços de massa encefálica. Notavam-se, ainda, marcas de tacões das botinas do assassino. A polícia a tudo via sem saber por onde começar os trabalhos.

No cômodo onde foi encontrado o corpo, tudo estava na mais completa desordem. Roupas, gavetas e móveis estavam revirados. As portas dos armários se achavam arrombadas, deixando claro e indiscutível o motivo do hediondo crime: o roubo.

Após as primeiras formalidades, a polícia entrou em investigações. Foram ouvidos vários vizinhos da vítima. Mas, nenhum deles queria complicar-se; como sempre as respostas eram na mesma base: ninguém tinha visto nada. Investigadores, trabalhando em equipe, rapidamente fizeram um levantamento da vida de Ermelinda Rosa de Jesus. Apesar de, por sua beleza, ganhar dos amantes muito dinheiro, a jovem preferia as jóias falsas. Não guardava sua fortuna em casa — o pouco que ali tinha não foi tocado. Concluíram os agentes policiais que o criminoso levara, apenas, as jóias e que a qualquer momento estaria tentando desfazer-se delas. Vários policiais foram designados para vigiar as casas de jóias e penhores. A notícia nos meios joalheiros correu célere. Todo aquêle que tentasse vender ou empenhar uma jóia teria de provar a sua origem perante as autoridades.

* * *

Enquanto mais de uma dúzia de investigadores se desincumbiam da missão, ouvindo e prevenindo os joalheiros e negociantes de jóias, outros sindicavam junto aos vizinhos, na esperança de conseguir algum detalhe que levasse a polícia até o criminoso, ou, pelo menos, ter noção sobre ele.

Soube-se, então, que uma senhora, residente em frente à casa do crime, encontrava-se na janela, sem

ser vista, quando assistiu a um rapaz de côr branca, bem vestido, entrar na casa da jovem assassinada. Era um moço, conforme depoimento, de boa aparência e modos distintos, parecendo estudante. Justificou-se a testemunha, cujo nome ficou em segredo de justiça, que presenciara tal fato por sofrer de insônia, costumando cansar-se na janela até o sono chegar.

Já podia a polícia contar com êstes pequenos detalhes.

Procurava-se um estudante, então, quando chegava um investigador com a notícia de que um jovem estudante da Escola Central tentara vender, em uma casa de penhores, nas proximidades do Largo de São Francisco, algumas jóias. Entretanto, o proprietário do estabelecimento verificara que as mesmas eram falsas. Tratava-se de um colar de pérolas, uma pulseira e alguns anéis que, pela descrição, seriam as da vítima da Rua do Hós-picio.

Pouco antes da carroça que deveria transportar o cadáver para o Necrotério da polícia, uma mulher, que se encontrava no meio dos curiosos que esperavam a saída do corpo, irrompeu em gritos frenéticos, apontando para um jovem:

— Foi aquêle que eu vi entrar na casa de Erme-linda... Foi aquêle que a assassinou...

O rapaz, estupefato e sem saber se fugia ou não, ali ficou, até que foi detido pelas autoridades. Tratava-se do estudante Gustavo Augusto Cardoso Pinto, de vinte

anos, solteiro, natural do Estado do Pará e residente na Rua Riachuelo.

Na delegacia o rapaz negou a prática do crime e protestou contra a sua prisão, pela infundada acusação. Foi, então, chamado o dono da casa de penhores, para uma acareação.

Ao ver entrar na sala do interrogatório o velho joalheiro, o estudante quase desfaleceu. Ficou branco e trêmulo. O velho não se pronunciou prontamente. Olhou-o bem, de vários ângulos, para ter certeza de que não iria acusar um inocente, e, por fim, falou:

— Sim. Foi este moço quem me foi oferecer algumas jóias hoje, logo que abri a loja.

Até achei graça, pois as jóias eram imitações que nada valiam...

Diante da situação, Gustavo Augusto propôs-se a confessar o crime.

* * *

Gustavo Augusto Cardoso Pinto tinha vindo do Pará a fim de terminar os seus estudos. Levado, entretanto, pelas más companhias, o jovem entregou-se, de corpo e alma, à boêmia, trocando os dias pelas noites. Vivia nos cabarés, em completo desregramento, abandonando os estudos que, com sacrifícios, eram custeados

pelos pais. Estes, sabedores do procedimento do filho, suspenderam-lhe a mesada, na esperança de que, face às necessidades, o rapaz voltasse ao caminho certo. Mas, ele estava completamente perdido. Não mais se emendou.

* * *

Era um dos principais divertimentos da época, principalmente para os rapazes de poucas posses, ficarem os jovens em frente aos teatros e clubes, à hora final dos espetáculos, para assistirem à saída das senhoras e senhoritas e flirtarem, quando possível. Certa noite, Gustavo, em companhia de alguns amigos de pândegas e noitadas, encontrou-se em frente a um teatro e, entre as mulheres que dali saíam, viu uma que trazia jóias cujas pedras reluziam à luz dos lampiões. O jovem ficou impressionado pela beleza da mulher e empolgado pelo colar, brincos e anéis, logo pensando em possuí-los. Sim, ter aquelas jóias seria fazer a independência de sua vida. Despediu-se apressadamente dos companheiros e passou a seguir a impressionante criatura que não era outra senão a decaída Ermelinda Rosa de Jesus. De longe e com cautela, seguiu-lhe os passos até que a bonita mulher entrou numa casa da Rua do Hospício. Depois de olhar em redor, ele aproximou-se e anotou o número: Rua do Hospício 238. Emocionado, foi para casa na Rua do Riachuelo.

No dia seguinte, procurou um menino, Godofredo de Abreu Lima, seu conhecido e disse-lhe que precisaria dêle naquela noite. O serviço seria fácil. Godofredo só ficaria vigiando a entrada de determinada casa onde ele iria ter um encontro com certa senhora e não queria ser surpreendido pelo marido. Portanto, quando qualquer pessoa se aproximasse da porta, Godofredo deveria dar o sinal combinado. E, com esta história, Augusto conseguiu um cúmplice que lhe avisaria da aproximação de qualquer um que o pudesse pilhar em flagrante. A hora do encontro dos dois foi assentada e Gustavo cuidou de ultimar os preparativos. Na casa de uma moça que namorava, apanhou, sem ser visto, a machadinha que usou na prática do crime.

* * *

Passavam poucos minutos da meia noite quando Gustavo e Godofredo se encaminharam para a Rua do Hospício. De longe o estudante notou sua vítima à janela. Adiantando-se de Godofredo, o rapaz chegou sob a janela de Ermelinda e, sem mais delongas, perguntou-lhe se lhe podia falar. A decaída, que de nada suspeitava, foi à porta, abrindo-a. Por sua vez, Godofredo colocava-se no seu ponto estratégico a fim de bem cumprir sua missão de vigia.

O que se passou no quarto foi o próprio criminoso quem descreveu ao depor na polícia. A jovem era por demais bela e possuía um corpo escultural. Depois de encaminhá-lo para o quarto, onde ele se sentou, Ermelinda, abrindo o "peignoir", foi colocar-se ao lado do rapaz, acariciando-o. Como se fôsse acometido de um acesso de loucura, Gustavo, numa rapidez indescritível, sacou da machadinha que trazia sob o casaco e vibrou-a na cabeça da decaída que, à primeira pancada, caiu, pesadamente, com o crânio aberto em duas partes. Fora de si, temendo que sua vítima pudesse gritar ainda por socorro, desfechou vários outros golpes. Ato contínuo, arrancou das orelhas da infeliz os brincos e passou a procurar as outras jóias. Depois de algum tempo de busca, apossou-se do colar, dos anéis e da pulseira, colocou tudo nos bolsos e deixou a casa, pulando a janela. Godofredo ainda se encontrava lá fora, alheio ao crime.

Na mesma manhã a primeira coisa que fêz o assassino foi procurar um joalheiro para empenhar as jóias, quando teve a notícia de que aquela porção de pedras que julgava preciosas não valiam mais que uns poucos mil réis.

Desesperado, vagou pela rua, pensando no crime que cometera e, ao passar pelo largo de São Francisco, foi convidado por um companheiro para ver a mulher que tinha sido trucidada na Rua do Hôspicio. Não queren-

do deixar transparecer qualquer temor, acompanhou o colega e, mal ali chegou, a vizinha de Ermelinda Rosa de Jesus logo o reconheceu.

* * *

O processo correu normalmente e Gustavo Augusto Cardoso Pinto foi condenado à morte. A pena, entretanto, foi comutada e o estudante mandado para o Presídio de Fernando de Noronha onde nunca mais se teve notícia dêle.

Latrocínio em

Bagnollet

M. Jaume estava de licença requerida, quando terminou os trabalhos mais importantes da sua carreira de detetive. A imprensa procurava-o com insistência, para conseguir dêle a história do crime que com tanta felicidade desvendou.

Com êle, uma velha serviçal encontrava-se naquele recanto, conhecido sómente pelo chefe da Sûreté.

— Se alguém descobrir que estou aqui e vier procurar-me, diga que saí — ordenou o detetive à empregada.

— Qualquer pessoa ?

— Não tem distinção...

— E o pessoal da Sûreté ?

— Só em assunto oficial.

— Eles dirão a mim do que se trata ?

— Sem dúvida trarão um ofício.

— Então pode estar descansado que ninguém o incomodará... — afirmou a fiel criada.

Jaume tinha planos de descansar pelo menos uma semana e comprara diversos volumes para distrair as idéias, buscando na literatura os motivos do seu intento.

Mas, nem todos os planos que são traçados podem ser cumpridos e, desta vez, os do detetive também não o foram. A alegria do policial não durou mais que umas

poucas horas. Naquela tarde, um portador da Chefia de Polícia de França chegou com um envelope lacrado.

No sobreescrito lia-se: M. Jaume — Confidencial, urgente.

O gendarme puxou a corda que, ligada a uma sineta distante, fazia anunciar os visitantes. Ao ouvir a campanhula, o detetive tornou a recomendar:

— Não estou em casa...

— ... só se fôr assunto oficial — completou a criada soridente.

A um novo sinal, Marie resmungou:

— Já vou... já vou... Que diabo de gente apressada!...

A passos miúdos e apressados, a criada correu para o portão de ferro e, de longe, ao avistar o gendarme, lamentou:

— Pobre senhor Jaume... parece que não é dessa vez que irá descansar...

E ao aproximar-se do portão, perguntou com ar aborrecido:

— Que deseja o senhor?

— É aqui que está residindo o inspetor Jaume?

— É mas ele não está...

— Pode dizer-me onde encontrá-lo?

— Como posso saber? — respondeu Marie, mal humorada — Que quer o senhor com ele?

Entregar-lhe um ofício.

— Entregue-o a mim...

— Tenho de levar resposta.

— Dá-se um jeito... Pode entregar o ofício.

O gendarme olhou a criada, cheio de desconfiança.

— Vamos, rapaz... Você está perdendo o meu tempo.

O militar retirou do bolso o envelope e entregou-o a Marie. A serviçal leu o sobreescrito e, tirando do bolso uma chave, abriu o portão para que o gendarme entrasse.

— Acompanhe-me — ordenou autoritária, depois de tornar a trancar o portão.

— Esse pobre homem não tem direito de descansar... Parece que ele é o único detetive na Sûreté...

— disse visivelmente contrariada a velha criada do policial.

— Cavacos do ofício — consolou o militar.

— Falta de consideração, isto sim... — retrucou a velha.

— É o preço da fama, dona...

— Quero ver o que será da polícia quando ele morrer...

O gendarme sorriu.

— Ficarão os alunos dêle...

— E por que não chamaram os alunos para praticar, agora?...

O militar deu de ombros.

— Talvez o caso seja muito importante...

— Tanto melhor para êles...

O gendarme foi, então, apresentado ao detetive. A velha empregada entregando o ofício ao amo, comentou:

— Acho que suas férias terminaram...

— Eu também, Marie...

A velha saiu resmungando e batendo com a cabeça em sinal de reprovação aos atos dos superiores de seu patrão. Jaume leu todo o conteúdo da missiva oficial e ficou, por algum tempo, pensativo.

— Trouxe o carro ?
 — Está um pouco adiante.
 — Espere-me por uns minutos.
 O jovem militar sentou-se, enquanto o policial se retirou da bem arrumada sala, voltando momentos depois, vestindo o paletó.
 — Vamos, meu rapaz...
 — Tem alguma coisa para levar ?
 — Só uma valisa pequena... Farei tudo para não demorar muito por lá.

E voltando-se para a criada que ouvia o diálogo, consolou :

— Não fique triste... Continuaremos as nossas férias daqui a uns dias.
 — O senhor está condenado a não ter sossêgo... — lamentou a velha e fiel serviçal.

Algumas horas depois o cocheiro acordava o detetive e o gendarme que dormiam recostados na almofada do carro .

— Não sei como podem dormir com essas estradas.
 — Quando não se tem nada o que fazer, o melhor é dormir.
 — E o soldado ?
 — Deve estar muito cansado, coitado — justificou Jaume ao saltar do carro, entrando rápido no prédio da Central da Sûreté.
 — Grande sujeito, êsse... — disse o cocheiro.
 — Ah ! se todos êles fôssem assim... — murmurou o militar — a polícia seria muito melhor...
 M. Jaume não fêz esperar os seus chefes e, tão logo chegou, apresentou-se.
 — Já cheguei.
 — Desculpe-me por tê-lo tirado das suas férias, aliás merecidas, mas...
 — Já sei... é um caso raro e complicado — debochou o detetive.
 — Não fôsse isso, eu teria me esquecido que você existe.
 — E seria uma grande coisa, afinal de contas faz mais de um ano que não tenho um dia de folga.
 O chefe das investigações da Sûreté não teve palavras para contestar Jaume.
 — Lamentações de nada adiantam no caso... — disse o detetive — Vamos diretamente ao assunto.
 — Crime misterioso — adiantou o chefe.
 — Onde ?
 — Bagnolet.

- Gente importante ?
 - Velho e rico.
 - Como foi ?
 - As primeiras informações dizem que seu cadáver foi encontrado dentro de um poço, na própria casa.
 - Afogamento ?
 - Não. Degolado.
 - Arma ?
 - Não adiantaram na informação.
 - Quais são as ordens ?
 - Partir imediatamente para não perder tempo.
 - Tem o horário das conduções ?
 - Dentro de quarenta minutos — informou o chefe
 - parte um comboio para lá.
 - Mande buscar o bilhete enquanto preparam o material.
 - Mandarei avisá-lo quando chegar a passagem...
 - disse o chefe das investigações da Sûreté — No mais, desejo-lhe felicidades.
- * * *

Faltavam ainda cinco minutos para partir o comboio que deveria passar por Bagnole, Jaume saltou do carro e empunhando sua maleta apresentou no torniquete o bilhete, entrando em seguida no espaçoso hall da estação ferroviária.

Ao lado, um rapaz aloirado notou a passagem do detetive e parou abruptamente a conversa que mantinha com um outro que, espantado, lhe perguntou :

- Que foi ?
- Nada...
- Pareces ter visto o diabo !
- Olha que é quase isto.
- ?!...
- Tens dinheiro no bôlso ?
- Algum.
- Quanto ?
- Pouco mais de mil francos.
- Dá-mos, então, e diz ao chefe que nos pedi.
- O outro não hesitou em meter a mão no bôlso e entregar quase todas as notas que tinha ao companheiro.
- Que vais fazer ?
- Diz ao chefe que vi passar o Jaume.
- Onde está ele ?
- Vai-te embora logo...

Mais uma vez, sem hesitar, o rapaz afastou-se e saiu ligeiro da estação de trens. Distante e entre o povo, Jaume pagava ao garçon uma bebida que tomara e cigarros, dirigindo-se em seguida para a composição cuja máquina resfolegava aguardando o momento da partida. O policial consultou o bilhete e procurou ver nos carros o número correspondente, encontrando-o logo. Apesar de sua experiência, o detetive não reparou no rapaz loiro que o seguia sem demonstrar, tomando lugar no mesmo vagão, alguns bancos atrás.

Momentos depois de ter o comboio partido, o funcionário da estrada vinha fazendo a coleta dos bilhetes e, ao chegar junto do rapaz loiro, solicitou :

— O bilhete, por favor.
 — Não o tenho — explicou — como poderemos resolver isto ?
 — Por que não o comprou na estação ?
 — Comprei-o mas não sei onde o meti.
 — Terá, então, que pagar multa.
 — Paciência... Em quanto importa ?
 — Para onde vai ?
 — Para o mesmo lugar que aquêle senhor — disse o rapaz apontando para o detetive.

— Bagnolet ?...
 — Justamente.
 — Tudo, cinco francos.

O rapaz entregou uma nota ao condutor, que lhe devolveu o trôco e uma guia extraída de um pequeno bloco, agradecendo.

— Por favor — solicitou o rapaz loiro.
 — As ordens.
 — Será possível conseguir alguns jornais de hoje ?
 — Tenho aqui o "Journal". Serve ?
 — Ótimo ! — exclamou agradecido o loiro.

O funcionário afastou-se para continuar a sua missão e o moço loiro meditou :

— Que irá Jaume fazer em Bagnolet ?
 Depois, como que não encontrando resposta para a sua pergunta, começou a consultar o peródico, tentando

encontrar nas colunas a solução do caso. As duas primeiras páginas nada diziam que deixasse crer sobre a viagem do policial a Bagnolet, porém, em uma das colunas do interior, um telegrama despertou a atenção do leitor. Dizia a nota :

Notícias chegadas de Bagnolet dizem ter sido assassinado naquela localidade o milionário Giroux. Do crime, cujas características fazem crer tratar-se de mistério, figuram como maiores suspeitos os parentes do morto.

— Ah ! Então é por isto que o meu amigo Jaume vai a Bagnolet ?...

O rapaz fechou o jornal, deu um sorriso e descansou a cabeça, recostando nas costas da cadeira. Durante algum tempo ficou naquela posição mas, depois, resolvendo, levantou-se e dirigiu-se ao encontro do policial.

— Posso sentar-me a seu lado ? — perguntou.
 O detetive levantou a cabeça protegida pelo chapéu de abas largas e ia responder quando reconheceu o rapaz loiro.

— Você por aqui ?
 — Esta pergunta deve ser feita por mim.
 — Por que ?
 — É de estranhar vê-lo por êstes lados...
 — Estou de férias — disse o detetive, despistando.
 — Só por isso ?...
 — Que mais poderia fazer-me viajar ?
 — Um crime, por exemplo...
 — Vocês repórteres não pensam em outra coisa ?

— Na reportagem de polícia, só os casos de polícia nos interessam...

— Desta vez parece que você tomou o trem errado.

— Não. Meu destino é Bagnolet... Houve um bom crime lá.

— Que coisa, hein?...

— Pena é que o senhor não esteja metido no caso... Tenho certeza de que logo seria descoberto o criminoso.

— Obrigado pela parte que me toca... — disse sorrindo o detetive.

— Vai para onde, senhor Jaume?

— Para Bagnolet.

— Coincidência... Então tenho certeza de que estará no caso.

— Por que diz isto?

— O senhor é dos tais que, para descansar, carregam pedra.

— Quantos jornais estão interessados no crime?

— Não sei. Por que?

— Por nada...

O detetive recostou a cabeça nas costas da poltrona e virou-se para apreciar a paisagem avermelhada pelo pôr do sol. Momentos depois, o rapaz loiro voltou a quebrar o silêncio.

— Que acha o senhor desse caso?

— Qual?

— O crime de Bagnolet.

— Não conheço o caso.

— Os jornais falam de um latrocínio.

— Sim?

— E suspeitam dos parentes da vítima.

— Quem é o morto?

— Um milionário de nome Giroux.

— E que pistas têm?

— Não sei — informou o repórter — mas acredito que nenhuma.

— Então você irá fazer sucesso?

— Era o meu desejo — declarou entristecido o repórter.

— Por que essa tristeza?

— Confesso que quando tomei o trem foi porque o vi na estação... Sabia que onde o senhor estivesse eu encontraria boas reportagens.

O policial sorriu da lisonja.

— Quando soube que o senhor ia para Bagnolet procurei no jornal as notícias de lá. Foi, então, que li um rápido telegrama que falava na morte do tal milionário.

— E não é uma boa reportagem?

— Não nego, mas seria muito melhor se o senhor estivesse no caso.

— É por causa de vocês que eu estou aqui — observou o detetive.

— Não compreendo!

— Esta mania de fazer um sujeito herói... Eu estava muito bem onde resolvi tirar as férias. Mas por ter sido transformado em herói por vocês, escolheram-me para resolver este caso.

— Então eu não estava enganado ?!... — exclamou o repórter com alegria.

O comboio diminuia a marcha e, à porta do vagão, o funcionário informou aos passageiros:

— Primeira parada: Bagnollet.

* * *

Já passavam das cinco horas da tarde quando o detetive saltou do comboio que o tinha trazido a Bagnollet. Acompanhava-o, eufórico, o repórter do "Journal". Os dois pararam na estação que aos poucos se esvaziava. O policial correu os olhos pelos poucos que ficaram na plataforma e, nada achando que lhe interessasse, convidou o companheiro:

— Vamos tomar um "grog" ?
— Aceito com prazer.

Mais uma vez, os olhos do experiente policial correram toda a plataforma da estação, o que motivou o repórter a perguntar:

— Esperava encontrar alguém?
— Não, mas...
— Eu sei, — compreendeu o jornalista — é sempre melhor saber onde se anda.

O policial sorriu e bateu nas costas do profissional e caminharam para um bar situado próximo à estação.

Não se sentaram. Foram diretos ao balcão, onde pediram um "cognac". Quando o garçon os servia, o detetive perguntou ao empregado:

— Onde mora o velho Giroux ?
— O tio Giroux ?
— Um que foi assassinado anteontem.
— Qualquer carro os levará até lá... não fica muito distante.

O repórter pagou a bebida e os dois saíram do estabelecimento e se dirigiram para um carro que estava encostado nas proximidades. O cocheiro tomou o assento e indagou:

— Para onde ?
— Para a casa do Tio Giroux... — ordenou o policial como se fosse íntimo do assassinado.

Fustigados, os animais iniciaram a marcha para, minutos depois, serem contidos à porta de uma bela vivenda rodeada de muros altos. Despedido, o carro voltou deixando os dois recém-chegados no portão da casa do crime.

* * *

O portão número sete da Rua dos Jardins se abriu para receber os visitantes. Luís Giroux, homem forte cujos quarenta anos não eram demonstrados no seu rosto moreno, atendeu-os:

— Que desejam ?

— Sou o detetive Jaume, da Sûreté — apresentou-se o policial exibindo a pequena carteira funcional.

— Queiram entrar, por favor.

No interior da casa, uma grande construção sem nenhum estilo arquitetônico, caiada de branco e com um só andar, que dava à vivenda um quê de belo, estavam Emílio Giroux, sua espôsa e filha, a espôsa de Luís e alguns vizinhos. Apresentados ao detetive, tiveram dêle a retribuição ao gesto e o pedido de lhe mostrarem, mesmo que àquela hora, o lugar onde foi encontrado o cadáver.

Um dos presentes providenciou um lampião, e o policial e o repórter foram levados ao palco do assassinato, depois de transporem um largo e alto portão. Estavam êles em um pátio bastante largo onde, a um lado, uma coberta indicava ser aquêle ponto usado como cocheira. Mais adiante, e ao lado contrário, via-se uma porta elevada por alguns degraus, porta esta que dava acesso à espaçosa e bem arrumada cozinha. Bem junto àquela entrada, uma escada em caracol ligava a parte térrea ao quarto do ricô proprietário. Quase junto, o poço onde foi encontrado o corpo da vítima. Um pouco mais adiante, uma outra porta de vidro separava a casa dos grandes jardins, defendidos por muros de uma altura superior a três metros, o que deixava intrigado de como teria o criminoso ingressado na residência que mais parecia um forte.

— Quem encontrou o cadáver ?

— O senhor Faucheux, que mora nas proximidades e é bombeiro. Foi êle quem desceu no perigoso poço.

— Quem notou a falta do senhor Giroux ?

— Minha filha — informou Luís.

O detetive adiantou-se para a jovem de dezesseis anos e, paternalmente, pôs-lhe a mão sobre o ombro e pediu.

— Conte-me tudo quanto sabe... faça fôrça para não deixar obscuro nenhum ponto.

— Pouco sei a respeito — começou a jovem. Eu estava em casa quando lá chegou minha tia, chamando por meu pai. Como êle não estivesse, ela me perguntou se nós tínhamos a chave que abria o portão da casa do vovô. E como eu dissesse que tínhamos, ela mandou que eu a apanhasse e viemos depressa, quase a correr. Uma vez aqui, chamamos por vovô mas não obtivemos resposta. Procuramos neste mesmo local, mas só vimos o boné de meu avô.

— E você sabia por que procuravam seu avô ? — perguntou o detetive.

— Porque Luísa Legrand tinha contado a minha tia um fato que se deu quando ela passou por aqui.

O policial interrompeu a narrativa da menina para ouvir a da senhora Emílio Giroux.

— Senhora, peço-lhe que me ponha a par das revelações de Luísa Legrand.

— Luísa chegou nervosa lá em casa, dizendo que parecia que meu sogro estava doente. Ao perguntar-lhe

como sabia, disse-me que, ao passar por aqui, viu um rapaz que espionava pelo portão. Ao vê-la, o rapaz mandou que ela também espisses. Como a mocinha não quisesse fazê-lo e o repreendesse por aquêle ato, o rapaz explicou que, quando passava, ouviu um barulho estranho, depois uns gemidos e, por fim, um barulho que parecia o de um balde caindo ao chão. Por curiosidade, o rapaz olhou e viu um par de pernas estendidas nos degraus que sobem para a cozinha, motivo pelo qual acreditava que o senhor Giroux estivesse doente.

— Obrigado — agradeceu o policial.

E voltando-se para Adelfina, a filha de Luís, solicitou :

— Continue, Adelfina.

— Estranhando que o boné de meu avô estivesse ali no chão, fomos procurá-lo no quarto dêle, pois acreditávamos que tivesse melhorado e se recolhido à cama. Ao chegarmos ao quarto de vovô, deparamos com um homem que revirava as gavetas, à procura de alguma coisa. Perguntamos por meu avô e o desconhecido nos disse que deveria estar no pátio, pois não fazia dois minutos que o tinha visto ali. O que nos pôs de sobressalto foi ter estranho, inopinadamente, deixado de fazer o que estava fazendo para fugir apressadamente, quase nos derrubando do alto da escada. Ante aquela atitude do desconhecido, pusemo-nos a gritar por socorro.

— Alguém atendeu aos pedidos de socorro ?

— Quase todos os vizinhos.

— E como era êle ?

— Homem alto e forte, trajando camiseta.
 — Você o reconheceria ?
 — Tenho a impressão que sim.
 — Diz-me, mais ou menos, como era êle.
 — Alto, moreno, forte, com grandes bigodes.
 — Sim ?
 — E tinha um arranhão no rosto que, naquela hora, ainda sangrava.
 — E depois, como descobriram o cadáver ?
 — Logo em seguida aos nossos gritos, vieram vários vizinhos que tiveram a atenção despertada para o acontecimento. Alguns dêles, a par do que se passara por breves palavras, começaram a procurar meu avô até que alguém notou manchas de sangue junto do poço...
 — E então ?...
 — O senhor Faucheu concluiu que tivessem jogado o vovô dentro do poço e se propôs a descer.
 — Sim ?
 — Arranjou-se algumas cordas e o senhor Faucheu, ajudado pelos demais, desceu pelo poço, ante a expectativa que era geral. Depois do tempo necessário para alcançar o fundo da cisterna, alguém de cima perguntou :
 — Vê alguma coisa ?
 E o senhor Faucheu, do fundo, gritou :
 — Cá está êle... mandem mais corda.
 — Continue — determinou o policial.
 — Momentos depois, eu vi aparecer o cadáver de vovô na boca do poço... Daí em diante não lhe posso contar mais nada pois, de fato, não me lembro mais do que aconteceu...

De princípio o caso deixava qualquer policial atrapalhado, porque era de fato misterioso. Na manhã do crime, um nevoeiro bastante denso dificultava a visão para ser o criminoso, que teria fugido, rua afora, identificado. Apenas os traços descritos pela menina Adelina, mais ou menos confirmados por uma senhora que foi esbarrada pelo homem que corria desabaladamente, eram os elementos de que dispunham as autoridades.

A beira do poço ainda se notavam as manchas de sangue que despertaram a atenção dos vizinhos que para ali acorreram. Aquêle local poderia ter sido maravilhoso se Jaume houvesse chegado quando ainda ninguém o tivesse adulterado. O detetive conjecturava! Por fim, perguntou a Luís:

- Quem estêve aqui, da Polícia?
- O comissário local.
- O senhor assistiu aos trabalhos?
- A quase tudo.
- Pode me dizer o que foi feito?
- Nas marcas de pés que existiam no jardim, o comissário tirou o molde em gesso...
- Sim?
- Um par de alpargatas foi encontrado próximo à arma do crime.
- Qual foi a arma?
- Uma podoa.
- Pertencia a casa?
- Sim, era do meu pai...
- Em que sentido iam as pegadas?

— Não sei... — declarou o filho da vítima — lembro-me que o comissário estranhou-as... comentou que elas pareciam passos de uma pessoa que andava perdida e não atinava com a saída.

- Algum médico viu o cadáver?
- Estêve aqui o legista.
- Que disse do ferimento?
- O médico não acreditou que o ferimento fosse mortal... estava mais propenso a crer que meu pai sucumbiu por asfixia...

- Onde está o senhor que desceu ao poço?
- Mora nas proximidades...
- Seria difícil encontrá-lo?
- Quer que o mande chamar?
- Agradeceria o favor.

Luís voltou-se para um dos que se encontravam no grupo e pediu:

— Dá um pulo na casa do Faucheu e pede para que êle venha cá, pois a polícia precisa ouví-lo...

O outro não discutiu o pedido e saiu. O detetive continuou no seu interrogatório:

- Quem vivia com seu pai?
- Ninguém... o velho morava absolutamente só...
- O senhor costumava freqüentar a casa?
- Muito difícil...
- Não se davam?
- Pelo contrário... meu pai ia quase todos os dias fazer as refeições lá em casa.

— Curioso é que ele não tivesse ninguém para ajudá-lo, para estar com a propriedade tão bem tratada...
— estranhou o policial.

— Nas épocas oportunas meu pai contratava alguns borgonheses...

— Borgonheses ?

— Sim...

— Por que contratava estranhos e não os da terra?

— Na época das colheitas, principalmente, Bagnolet fica infestada dêles...

— Sim ?

— Homens, mulheres e crianças se alugam para os trabalhos por um mês ou mais e, depois, voltam para as suas terras.

— E seu pai se dava bem com êles ?...

— Tudo indica que sim...

— Nunca teve nenhum atrito com algum dêles ?

— Nunca...

— Suspeita de alguém ?

— Por mais que pensasse, senhor Jaume, não consegui encontrar um nome de que pudesse suspeitar como autor dêste crime.

— Desapareceu alguma coisa de casa ?

— Nada... — informou o filho da vítima — Não havia um objeto, sequer, fora do lugar.

O detetive estava perplexo, não sabendo o que pensar. A porta do jardim aberta tão facilmente; a podoa, instrumento do crime, encontrada no ponto fixado pelo assassino; nenhum vestígio de roubo...

Na verdade, as provas pareciam acumular-se contra os irmãos Giroux, embora, para contrariar esta hipótese, existissem os depoimentos da mulher de Emílio e da jovem Adelfina.

O policial não podia acreditar que os depoimentos dos parentes da vítima fôssem parte de uma farsa onde, inclusive, uma menor estaria representando tão bem.

Jaume estava entregue às suas meditações quando, lívido e trêmulo, chegou Faucheux, o vizinho que tinha descido ao poço para retirar o cadáver do milionário.

— É êste o senhor Faucheux — apresentou Luís.

O homem, pelo seu embaraço, despertou a atenção do policial, acostumado a sentir nas atitudes e expressões, quando alguém esconde alguma coisa. O motivo que tinha levado o policial a mandar chamar Faucheux era completamente outro. Naquele momento, entretanto, o detetive mudou a sua técnica.

— Onde posso falar a sós com êste senhor ? — perguntou Jaume.

— Qualquer cômodo da casa está às suas ordens.

— Gostaria que fôsse em um bem isolado.

— Por favor, acompanhem-me... — propôs Luís que os levou a uma espaçosa sala, deixando o lavrador e o policial a sós.

Jaume olhou, significativamente, durante algum tempo, para Faucheux cujo estado nervoso não podia ser contido.

— Sente-se, Faucheux... temos muito que conversar.

O lavrador deixou-se cair numa das cadeiras próximas, aguardando o interrogatório. Psicólogo, Jaume continuava estudando o seu homem. Depois de algum tempo quebrou o silêncio :

— Faucheux...
 — Sim ?
 — Não adianta esconder nada da polícia...
 — Senhor ?!...
 — O mal de muita gente é pensar que pode esconder os fatos à polícia...
 — Mas eu não tenho nada com o crime, senhor...
 — Faucheux... é preciso que...
 — Senhor... — implorou o lavrador — se eu não contei antes foi por ter medo que me complicassem.
 — Então ?...
 — Posso lhe garantir que nada tive com o crime.
 — Eu saberei dizer se sim ou não... Conte-me o que se passou.

O operário pigarreou, limpando a garganta e, depois de um instante de meditação, começou :

— Quando me propus descer ao poço, para melhor trabalhar, tirei a blusa e fui guardá-la na cocheira.

— Sim ?
 — Quando terminamos os trabalhos apanhei a blusa e fui para casa... No dia seguinte, quando fui vesti-la, notei que a blusa estava tóda ensanguentada e, o principal, não era minha... Dexei-a e voltei à casa do velho Giroux para apanhar a minha blusa. Temendo ser

complicado no crime em que nada tenho a ver, esconde este fato à polícia.

Jaume deu um suspiro desolado. Esperava ser o motivo do temor de Faucheux um outro qualquer...

— Onde está a blusa ?
 — Lá em casa.

* * *

Os dias se passavam e as investigações continuavam paralisadas. Jaume estava tão inquieto quanto furioso. O caso adquirira tal repercussão que levou a Bagnole o chefe da Segurança, senhor Kuhn, e o juiz Villiers. As duas autoridades começaram a ouvir uma série de pessoas e efetuaram várias prisões imprudentes.

Eles conheciam a hipótese de Jaume e se riam dela. Achavam a idéia do borgonhês criminoso uma piada. Jaume, entretanto, adquirira aquela certeza inabalável do policial experiente.

Mas os dias iam passando e o inquérito paralisado. Jaume não desistia a despeito da proposta do chefe da Segurança de arquivar o processo.

Quase que diariamente o detetive ia fazer uma visita aos irmãos Giroux e, numa delas, o policial se surpreendeu quando Luís lhe disse :

— Vamos tomar um copo de vinho ?
 — Não é má idéia... aquiesceu o detetive.
 Luís abriu o armário e retirou uma botija e dois copos, e voltou para a mesa onde serviu o precioso conteúdo.
 — Ao êxito nas suas investigações, — brindou o filho do velho Giroux.
 — Deus o ouça...
 — Diga-me senhor Jaume...
 — O que ?
 — Continua a ser essa a sua idéia ?
 — Qual ?
 — De que é um borgonhês ?
 — Adquiri certeza a respeito. Por que ?
 — Sabe que existe uma outra pessoa que pensa como o senhor ?
 — Não diga ?...
 — É sério.
 — E quem é essa pessoa ?
 — Um amigo meu que não quer que o senhor o conheça.
 — Por que ?
 — Diz êle que se tiver razão não há necessidade do senhor o conhecer e, em caso contrário, é inútil que o senhor o conheça.
 — Até onde quer chegar êsse seu amigo ?
 — Tem interesse em conversar com o senhor.
 — Estou às ordens !
 — Mas, há uma condição...

— Qual ?
 — De enquanto êle estiver conversando com o senhor — apresentou o filho da vítima — o senhor se manter de costas para êle.
 — É curioso...
 — Compromete-se de não querer saber com quem está falando ?
 O policial hesitou durante algum tempo, antes de responder. Por fim, concordou :
 — Aceito a proposta...
 — Entende os motivos que levam o meu amigo a proceder assim ?
 — O seu amigo tem mês de ser vítima de uma vingança, não é isto ?
 — Justamente.
 — Pois pode acalmá-lo... garanto-lhe que não me preocuparei em ver-lhe o rosto.
 — Pode, então, esperar-me algum tempo... não me demorarei muito.
 O policial arrastou a poltrona para perto da lareira, dando as costas para a porta da entrada da sala. Momentos depois, ruídos de passos foram ouvidos. A porta se abriu e Luís entrou acompanhado do misterioso informante.
 — O homem está aqui... Acredito na sua palavra.
 Luís Giroux se retirou deixando os dois a sós. Foi Jaume quem quebrou o silêncio.
 — Estou às suas ordens, senhor...

O misterioso personagem continuou calado, observando o policial.

— O senhor sabe alguma coisa a respeito dêste assunto?

Com voz nítidamente transformada, pausada e explícita, o estranho começou:

— Praticamente nada sei, mas tenho as minhas suspeitas...

— E quais são elas?

— Há dois anos o senhor Giroux teve a seu serviço uma jovem cujo sobrenome era Febvre, e o pai dessa moça também andava por Bagnolet naquela época.

— De onde era êsse homem?

— Era um borgonhês...

— Pode descrevê-lo?

— Alto, forte, de grandes bigodes caídos.

— E Febvre mora em Bagnolet?

— Sim, na Rua de Vincennes, na casa da viúva Mercier.

— Pode informar mais alguma coisa?

— Infelizmente, não...

— Sabe quanto é grave esta acusação?

— Não tenho dúvida quanto à gravidade, mas posso lhe garantir que não falo sem motivos... Febvre é capaz de tudo como terá oportunidade de ver, se conseguir fazer amizade com êle...

— Agradeço a sua colaboração... Quando e onde poderei encontrá-lo se houver necessidade?

— Fale ao Luís Giroux e tornaremos a nos encontrar...

— Obrigado, então.

— Boa tarde, senhor Jaume.

Como tinha entrado, o estranho personagem saiu, deixando Jaume na mais profunda meditação. O policial pensou para consigo:

— Afinal, que poderei perder investigando a denúncia? Se Febvre nada tiver com o crime eu serei o primeiro a defendê-lo...

* * *

No dia seguinte, dois personagens desconhecidos eram vistos nas ruas de Bagnolet, e, principalmente, nas proximidades da residência da senhora Mercier. Um carreiro, de barrete e longo casaco, e um hortelão corpulento e risonho que procurava vender as maçãs que trazia numa cesta de vime.

O hortelão era Jaume e o carreiro, um agente da Sûreté, de nome Lindas, vindo para Bagnolet por ordem do detetive.

Ao cabo de algumas investigações, os policiais vieram a saber que Felix Febvre tinha seguido para Noisy Le Sec.

Febvre já era elemento conhecido da Polícia parisiense. Em seu prontuário estava anotada uma condenação de sete anos de reclusão. Era considerado um *Cheval de Retour*, ou seja: um reincidente.

Os policiais partiram para Noisy Le Sec e, naquela cidade, vieram a saber que o homem que procuravam costumava hospedar-se na estalagem de Gamel. Ali, enquanto bebia, Jaume interrogou:

- Tem visto o Febvre?
- Há alguns dias que se foi...
- Oh! c'os diabos...
- Talvez tenha ido para Courbevois.
- Quando o viu pela primeira vez?

O taberneiro consultou a memória e depois, com um estalo de dedos, declarou:

- No Dia de Todos os Santos...
- Ele estava marcado no rosto?
- Por que pergunta?

O policial correu rapidamente a vista pelo salão, dizendo a seguir:

— Vamos para um lugar sossegado... Preciso falar-lhe.

O estalajadeiro, embora desconfiado, fêz-se acompanhar do hortelão, e no quarto onde estavam a sós, Jaume mostrou as suas credenciais.

— Sou da polícia e preciso dessa informação.
— De fato, Felix estava com o rosto arranhado. Disse ele que tinha se machucado quando brigou com o sobrinho que mora em Rosny.

— Uma outra coisa — solicitou o policial — Não teria ele deixado alguma coisa guardada com o senhor?

- Deixou um embrulho...
- Vamos vê-lo...

O taberneiro apanhou de um armário um embrulho mal feito e começou a desamarrá-lo. Era uma camisa onde, no lado esquerdo, havia uma grande mancha de sangue.

— Ótimo! — exclamou o policial — Torne a embrulhar e guarde onde estava... Logo mais chegarão dois agentes da Sûreté... São dois comerciantes de gado e o senhor deverá prestar qualquer auxílio que eles possam vir a precisar.

— Pode contar comigo... — garantiu o taberneiro.

* * *

Jaume via concretizadas as suas suspeitas mas, para não cometer nenhuma injustiça, procurou sindicar os mínimos detalhes. Esclarecendo o ferimento do rosto, o detetive procurou o sobrinho de Febvre, em Rosny.

— Boa tarde, meu rapaz — cumprimentou o policial.

- Não é das piores...
- Seu tio está?
- Qual?... o tio Febvre?

— Ele mesmo...

— Não o vejo já há dois meses...

— Vendo-o, dá-lhe lembranças... — recomendou Jaume.

O detetive da Sûreté tinha, agora, mais um ponto de certeza de que Febvre era um mentiroso mas, nem por isso, sabia onde encontrá-lo.

Os agentes que tinha espalhado por Bagnolet, Noisy e Paris nada haviam conseguido. O criminoso, escolado no crime, por certo acompanhava os passos da polícia. Jaume lembrou-se, então, do seu amigo do "Journal", e saiu a procurá-lo. Não demorou em encontrá-lo, pois seria um milagre não estar o jornalista agarrado ao copo. O tempo que precisou para localizar o repórter foi o suficiente para percorrer cinco tabernas.

— Quando se precisa de você, não se encontra...

— Como não encontra! — exclamou o repórter — Por acaso não está falando comigo?

O detetive riu e puxou uma cadeira para sentar-se perto do jornalista.

— Preciso de você.

— Boa coisa não é...

— O seu concurso muito irá nos ajudar. Posso contar com o seu jornal?

— Fala logo o que é...

— Sei quem é o criminoso do milionário.

O repórter quase deixou cair o copo da bebida que sorvia.

— O que?

— Palavra!...

Então eu não lhe faço favor nenhum em dar a notícia... é uma obrigação minha.

— O que você vai fazer é para mim um favor...

— Já não me está cheirando bem...

— Ouça rapaz — explicou o policial — É preciso que você noticie que a polícia já sabe quem é o autor do crime do milionário e que, dentro de poucas horas, já o terá nas mãos.

— Quem é ele?

— Aí entra a sua colaboração... preciso que saia um outro nome que não o verdadeiro. Em troca desse favor, quando eu tiver prendido o criminoso, que já sei quem é, o furo será seu. Combinado?

No dia seguinte, o "Journal" publicava um nome como o autor do crime de Bagnolet enquanto, por outro lado, Jaume e seus agentes trabalhavam na tentativa de localizar Febvre. Todos os locais que Febvre freqüentava estavam bem guardados e a sua prisão era questão

de horas. O criminoso, sentindo-se aliviado com a notícia, não demoraria a aparecer. E assim foi!

Na tarde de 14 de novembro, quando Jaume desembocou do comboio, em Noisy, e rumava para a estalagem de Gamel, passou apressado por um homem alto e atlético. Não ligou grande importância e quando chegou à estalagem, viu seus dois agentes que, a um sinal combinado e quase imperceptível, lhe avisaram que tudo estava calmo. Jaume tomou uma bebida e subiu para o quarto para descansar daquele dia de pesquisas infrutíferas.

Mal tinha tirado o paletó, ouviu bater sutilmente na porta.

— Quem é? — perguntou.

— O "cognac" que pediu, senhor — respondeu-lhe o taberneiro.

Jaume abriu a porta e quando apanhou a bandeija, o taberneiro cochichou:

— O homem está lá em baixo.

O detetive não se fêz esperar e, mal dando tempo ao denunciante de chegar ao salão, êle entrou. Havia, ali, os dois agentes e o homem por quem êle tinha passado na rua. Jaume fêz um sinal para os seus homens e dirigiu-se para Febvre que bebericava.

— É a polícia! — exclamou o detetive.

— E que tenho eu com isto?

— Você está preso!

— Por que?

— Você não é o du Puits (do Poço)?

— Você está enganado... eu me chamo Felix Febvre.

— Está bem... considere-se preso da mesma maneira...

Os dois agentes rodearam Febvre e revistaram-no, jogando tudo quanto encontravam sobre a mesa. O suspeito estava com três relógios, uma corrente, um revólver e cento e oitenta e cinco francos, em moeda. Quando o dinheiro tilintou sobre o balcão, Febvre olhou as moedas com os olhos esbugalhados. Tôda a sua preocupação estava no dinheiro. Jaume agarrou-o pela gola do paletó e gritou-lhe:

— Tire os olhos do dinheiro!... Ele não lhe pertence, e sim ao velho Giroux!...

O criminoso ficou pálido mas, logo a seguir, conteve-se.

— Tenho sede — disse êle.

— Terás muito mais se não contares a verdade.

— Não tenho verdades a contar... Não sei de que me acusam.

— Levem-no para o comissariado. — ordenou Jaume.

Apesar do pesado interrogatório a que foi submetido, Febvre não confessou, e a sua confissão se fazia tão ne-

cessária quanto urgente, de vez que a opinião popular era tôda contra os herdeiros dos Giroux.

Restava uma só esperança.

Jaume encarregou-se das investigações. Procurou o juiz de Avallon, muniu-se de uma carta precatória para as autoridades de Yonne e, naquela cidade, conseguiu uma carta rogatória para o juiz de paz de Vezelay, até que chegou a Asquins, terra de Felix Febvre.

Febvre era, ali, um dos grandes proprietários e tinha com que viver abastadamente. O policial foi à residência dos Febvres para conversar com a esposa e filha do criminoso. Frente às duas, após algum tempo de palestra interessante, mostrou as alpargatas e a blusa para ver se reconheciam aquelas peças como sendo de Felix.

As duas reconheceram as roupas como sendo de Febvre, mas, por desencargo, o policial pediu que as examinassem bem.

— Não é preciso mais exames — disse a menina. — Eu conheço bem a roupa de meu pai... eu mesma a consertei.

— Que consertos fêz?

— O senhor pode ver que a blusa é tôda costurada a máquina, mas um dos bolsos está costurado a mão.

O detetive constatou o que a menina dissera.

— E mais... — adiantou a jovem — o senhor pode verificar que existe um remendo que não é da mesma fazenda, embora seja muito parecida.

Era a terrível verdade! O depoimento da filha condenava o criminoso.

— Diga-me, menina. Você trabalhou em Bagnole?

— Trabalhei na casa do senhor Giroux, por sinal um bom patrão...

— E seu pai freqüentou a casa do velho Giroux?

— Por duas vezes... Almoçou comigo, inclusive...

O policial agradeceu e se retirou radiante.

* * *

O processo foi terminado e Febvre mandado a Júri, que o condenou. Livrou-o da morte a brilhante defesa no julgamento de 30 de junho de 1885, feita pelo criminalista Laguerre. Febvre foi, entretanto, condenado a prisão perpétua, com trabalhos forçados.

Não cumpriu a pena, porém. Evadiu-se espetacularmente do degrêdo em que se encontrava e nunca mais ninguém soube dêle.

Os Crimes

do Parricida

Um dos crimes mais comentados de 1830 foi o parricídio praticado pelo jovem Vasco Tello, que, a golpes de machado, assassinou seu pai, o velho milionário Muniz Tello. Com o correr da notícia, a cidade ficou chocada com a brutalidade da tragédia.

* * *

A Rua da Lapa era, na época, um logradouro de poucas casas, numa das quais morava o negociante português Muniz Tello, homem excessivamente trabalhador e por demais econômico. Todos o conheciam na cidade como avarento e era do conhecimento público ser possuidor de grandes haveres guardados a sete chaves na casa em que vivia. Andava maltrapilho, comia uma só vez por dia, não ia a passeios nem festas, e nem tinha vícios de espécie alguma, para não fazer despesas que ele considerava supérfluas.

Todos os dias, Muniz era visto no mercado, negociando com uns, emprestando dinheiro a juros a outros, e especulando com todos. Apesar de rico vivia quase da caridade pública, pedindo a uns e a outros pedaços

de pão e frutas de pouco custo, algumas das quais levava para casa para a sobremesa da "patroa", como êle chamava a espôsa, também portuguêsa.

Todos o conheciam como usurário e tinham certeza de que o velho Muniz Tello sacrificava o estômago e o bem-estar, tanto dêle quanto da espôsa e do filho, com o fito de aumentar cada vez mais a sua grande fortuna.

Certo dia, a espôsa de Muniz morreu, repentinamente, e quando lhe perguntavam a respeito, Muniz dizia tristemente :

— A "patroa" foi vítima de uma forte indigestão... Aliás, eu sempre avisei a todos lá em casa : êsse negócio de comer é um vício... Mas não me acreditavam.

Morrendo-lhe a mulher que compartilhava de suas opiniões e de seus hábitos, Muniz Tello ficou só com o filho que foi crescendo no meio acanhado em que vivia o pai, naquela vida monótona e sem emoções.

• • •

Vasco Tello era o nome do rapaz. Logo que completou quinze anos, Muniz empregou-o no comércio, mas lhe arrancava os poucos vinténs que o rapaz ganhava e recomendava sempre ao patrão que não desse dinheiro ao pequeno, pois isto seria a sua perdição.

Nessa situação, o rapaz foi crescendo e passou, então, a furtar pequenas quantias do patrão. Com os poucos

vinténs que roubava é que fazia seus pequenos passeios e se distraía quando podia. Em um dêsses passeios foi Vasco apresentado a uma meretriz : Adelaide, residente na Rua do Hospício. Essa mulher era uma das mais cobiçadas nas rodas da boêmia, pela sua beleza, candura e corpo escultural. Mas Adelaide tinha, também, um coração de fera. O jovem, que nunca se tinha aproximado de uma mulher, ficou apaixonado, extasiado.

Por sua vez, Adelaide, vindo a saber que Vasco era filho de Muniz Tello, arquitetou um plano para tirar grande proveito do seu amor. Sondou o rapaz sobre a herança que teria de receber no caso da morte do velho, mas Vasco nada pôde adiantar sobre o fato, pois de nada sabia. Tôda vez que Adelaide se encontrava com o rapaz, falava-lhe, com a sagacidade de amante, sobre a herança, até que um dia foi mais além : sugeriu que o jovem matasse o próprio pai.

Diante do conselho, Vasco ficou desorientado e muito mais atordoado quando Adelaide lhe impôs a condição de só recebê-lo de posse da fortuna do velho. Vasco estava amando, e com aquêle amor cego, terrível, que leva o homem até ao roubo, ao assassinio.

Várias foram as vêzes que êle sonhou estar matando o pai, e, ao acordar, encontrava-se em desespêro com o pai ao lado. Nos sonhos, era sempre o velho Muniz quem saía vitorioso, até que, uma noite, em um dos sonhos, conseguiu matar o pai. Viu-se, então, no fundo de um cárcere, abandonado por todos e amaldiçoado. Por fim, Vasco viu-se enforcado sob os olhares de uma infinidade

de pessoas que o amaldiçoavam. Procurou, então, Adelaide, cujas ameaças continuavam. Contou-lhe seu sonho e a meretriz voltou-se contra êle.

— “Tu não és homem... O que eu preciso é de um homem de fato, não sómente por usar calças. Vai-te daqui e não me tornes a voltar. Fugirás depois do crime. Existe no Rio uma infinidade de quadrilhas. Todos atribuirão o crime a uma delas...”

Vasco deixou o quarto da amante com o firme propósito de, naquela noite, assassinar o velho.

* * *

Começou então a estudar o plano para eliminar o pai. Pensou em colocar arsênico na água que o pai bebia todas as noites antes de deitar, mas, receando não ser a morte imediata, desistiu de tal sistema. Passou-lhe pela idéia convidar o velho para uma pescaria e, em meio à viagem, virar a embarcação, deixando-o morrer. Isto também seria difícil, pois o velho não aceitaria o convite para não gastar dinheiro com o aluguel do barco. Vasco lembrou-se de peitar alguém para matar o pai, mas logo concluiu que isto poderia ser de fácil desco-

berta. E, a cada idéia que tinha, logo antevia o resultado. Resolveu, então, deixar que o acaso de tudo se incumbisse.

* * *

Certa noite, Vasco muniu-se de uma machadinha e encaminhou-se para o quarto onde dormia o velho, a sono solto. O rapaz entrou sem fazer barulho e aproximou-se da cama do pai. Depois de lançar um derradeiro olhar, levantou o pesado instrumento e baixou-o com tôda a fôrça sobre a cabeça do infeliz, fazendo-a em pedaços. Certificando-se de que não era preciso novo golpe, passou o parricida a vasculhar os bolsos do agonizante Muniz Tello, a procura da chave do cofre onde se achavam todos os bens. Não encontrando nenhuma das chaves em poder do morto, Vasco passou a revirar móveis e gavetas no afã de logo se assenhoriar do dinheiro, mas o destino lhe estava pregando uma peça. Revirou êle tôda a casa, mas nada encontrou. Tentou, inútilmente, arrombar o cofre. Carregá-lo seria mais difícil ainda. Já não sabia mais o que fazer quando notou que as primeiras luzes da madrugada clareavam a cidade. Se tivesse tido calma e suficiente sangue frio, talvez ninguém houvesse descoberto o crime. Bastava que, em vez de fugir, corresse à Polícia e pregasse uma mentira, dizendo que, ao acordar, deparara com a porta do quarto de seu

pai aberta, encontrando então aquela cena dantesca. Uma janela aberta seria o suficiente para que a Polícia acreditasse ter sido o crime obra de algum dos muitos facínoras que inundavam a cidade. Mas Vasco não era de crime. Só pensava fugir do palco onde viveu a sua tragédia. E assim fez. Fugiu para as matas de Santa Tereza, onde criminosos e escravos fugitivos se escondiam.

No mesmo dia, o cadáver de Muniz Tello foi encontrado. De princípio, acreditou a Polícia ter sido o crime praticado por algum membro de uma das muitas quadrilhas existentes e que, para garantir a fuga, tivesse levado o rapaz como refém. Dois dias se passaram, entretanto, e nenhum cadáver que pudesse ter sido identificado como o filho do velho Muniz foi achado, e isto veio mudar a hipótese aventada pelos policiais que já acreditavam em parricídio. Sofrendo horrores, faminto e desesperado, Vasco desceu das matas e dirigiu-se à casa de Adelaide. A caminho, foi preso e levado para a Fortaleza de Santa Cruz, onde aguardaria o dia de ser executado.

* * *

Adelaide, desde a prisão de Vasco, nunca deixou de visitá-lo. Ia à Fortaleza quase todos os dias, pois, com os dotes que possuía, conseguia autorização para entrar

e sair daquele presídio à hora que bem interessasse. E, em uma dessas visitas, ou melhor, na véspera da execução de Vasco Tello, Adelaide foi visitar o rapaz, levando um grande embrulho que não foi revistado, pois a meretriz já inspirava confiança ao guarda da fortaleza. Naquele dia, que seria o último da vida de Vasco, Adelaide ficou junto ao seu amado até que o guarda foi substituído. Quando isto se deu, duas mulheres deixaram o cubículo do condenado. Uma delas era Vasco Tello que se dirigiu, às pressas, para bordo do brigue Voador, que logo depois levantava ferros rumo a Angola. A mulher que levava Vasco ao cárcere, restituía-lhe a liberdade...

* * *

Enquanto o brigue não transpôs a barra, Vasco não deixou seu camarote e, quando o fez, logo travou conhecimento com o comerciante Francisco Vieira da Costa que viajava em companhia de sua filha, Amélia.

A morosidade da viagem concorreu para que Vasco e Francisco melhor se conhecessem, e quando o "Voador" chegou a Angola, Vasco casou-se com Amélia Vieira da Costa, tomando, assim, a direção dos negócios do sogro. Vasco enriquecia à medida que os dias passavam. Um dia, o comerciante foi encontrado morto em sua residência. Os médicos que o examinaram, atestaram rutura da aorta. Vasco tinha razão para não concordar

com o atestado de óbito, entretanto, não tocou no assunto. O parricida, com o que tinha ganho naquele período em Angola, já se considerava rico e, com a herança recebia do sogro, sua fortuna foi muitas vezes multiplicada. Deu-se, então, a dissipações no jôgo, perdendo em pouco tempo tudo o que possuía, inclusive a espôsa que morreu, mais vítima da vergonha e do desgôsto do que, propriamente, da tuberculose atestada pelos médicos que a assistiram nos instantes finais.

* * *

Viúvo, Vasco Tello passou a namorar a espôsa de rico negociante da localidade e dela exigia o suficiente para o seu sustento. Quando percebeu que o marido de sua amante desconfiava do amor pecaminoso, aproveitando-se da qualidade de amigo, convidou o marido enganado para um passeio e, em dado momento, sacou de uma faca e abateu o rival.

Esse crime, entretanto, foi testemunhado por um filho de Vasco que o acompanhou, de longe, para ver onde ia o pai sem o levar. O garoto, que contava apenas 14 anos, assistindo ao crime, voltou apavorado para a cidade contando o caso às autoridades, que logo prenderam Vasco.

O processo teve um curso longo e terminou com a absolvição de Vasco Tello por falta de provas positivas, de vez que a única testemunha, além de menor, era filho do acusado.

Recuperando a liberdade, Vasco estava sem dinheiro, pois despendera com seus advogados tudo quanto possuía. Passou, então, a viver da caridade pública, até que foi encontrado morto no adro de uma igreja.

* * *

Historiadores que se referiram a este caso comentam o fim da meretriz Adelaide. A causadora da carreira criminosa de Vasco Tello morreu na miséria e, no ano de 1834, era enterrada em uma vala de indigentes, no Cemitério que ficava atrás da Santa Casa da Misericórdia.

O Latrocínio da
Ilha de Bom Jesus

A ilha que tem hoje o nome de Bom Jesus e que se encontra ao largo da Ponta do Caju, chamava-se, em 1838, Ilha das Caqueiradas ou Ilha dos Frades. É a mesma em que se encontra, atualmente, o Asilo dos Invalídos da Pátria, destinado a recolher os soldados e oficiais reformados para que não recorram à caridade pública.

Ali existiu, há muitos anos, um convento dos frades franciscanos. De 1823 a 1832, instalou-se na ilha um hospital para a Marinha; em seguida, até 1853, o local serviu de recolhimento para os morféticos que infestavam a cidade; de 1853 a 1855, foi o depósito para os colonos e uma enfermaria para os coléricos, passando, a seguir, até 1866, a quartel para os voluntários que se destinavam aos campos de batalha da guerra do Paraguai.

Essa ilha foi o palco de um dos maiores acontecimentos criminais de 1831, quando, naquele recanto pacato e afastado do continente, foi assassinado Francisco Gonçalves Liberal, um mineiro dono de abastada fortuna.

A Polícia via-se diante de um dos grandes mistérios. Os residentes da ilha foram todos inqueridos, mas de nada adiantou. A única testemunha que poderia elucidar o crime estava também morta, poucos metros adiante do capitalista Gonçalves Liberal.

Resolveu a Polícia deixar a ilha e recomeçar as investigações no continente. Foram ouvidas, neste caso, mais de sessenta pessoas, até que, localizados pelos investigadores, três remadores do Cais dos Mineiros adiantaram alguma coisa a respeito. Informaram terem, na noite do crime, cruzado com uma canoa em que viajavam quatro indivíduos desconhecidos na orla do cais, entretanto, tiveram a impressão de que um dos suspeitos era um tal de Martins, antigo membro da quadrilha de "Pedro Hespanhol".

No fim de uns poucos dias de investigação, foi o tal Martins localizado e preso. Por seu intermédio contou a Polícia com o fio da meada, obtendo os nomes dos três cúmplices, que eram José Vicente, Antônio Joaquim e Albino José Pereira. Algumas horas depois, as autoridades já os tinham nas mãos.

Não sabiam os comparsas de José Martins da sua prisão e negavam com veemência o crime. Apesar de lhes terem comunicado a prisão do celerado, José Vicente, Antônio e Albino não acreditavam que o companheiro os houvesse denunciado, de vez que era certa a ausência absoluta de testemunhas, e sómente depois da acareação é que se confessaram co-autores do latrocínio da Ilha das Caqueiradas.

Os assassinos, sabedores de que na Ilha das Caqueiradas havia um velho mineiro possuidor de grande fortuna, planejaram matá-lo.

O infeliz capitalista era Francisco Gonçalves Liberal que, tendo ido a 5 de outubro de 1819 ao grande banquete promovido pelos membros da comitiva de D. João VI, para comemorar o nascimento da princesa Maria da Glória, primeira neta do rei, gostou da quietude insular e para lá se mudou em companhia de um escravo.

Julgados, foram os quatro condenados a morrer na fôrca, na manhã de 6 de fevereiro de 1839. Na Fortaleza da Lage, na véspera da execução, os criminosos resolveram contar, cada qual, a sua vida.

O primeiro a falar foi José Vicente. Filho de pais pobres, foi criado entre miseráveis, numa pobreza tal que, às vezes, passava o dia sem ter um pedaço de pão para matar a fome. Nunca o tinham mandado para a escola, razão pela qual não sabia ler nem escrever, não podendo assim assinar documento. Rapazola ainda, aprendeu com os negros o ofício de barbeiro sangrador, empregando-se mais tarde na casa de um barbeiro de quem roubou todo o dinheiro e jóias que encontrou, depois de lhe ter captado a confiança. De posse dos haveres do patrão, fugiu para o Estado de Minas Gerais e empregou-se numa fazenda onde, depois de algum tempo, ocultou-se em baixo da cama do fazendeiro e, quando o velho dormia, assassinou-o, cravando-lhe uma faca no coração. Cometido o crime, fugiu para Ouro Prêto. Ali se casou e teve filhos. Abandonando a família, veio para a capital e andou praticando pequenos roubos, com cujos produtos se mantinha, até encontrar Antônio e Albino com os quais se mancomunou e passou a cometer crimes maiores.

* * *

A história de Antônio Joaquim em pouco diferia da do seu companheiro José Vicente. Desde criança, foi acostumado nas ruas sem assistência de espécie alguma, acompanhando as músicas dos batalhões e as festas reli-

giosas muito freqüentes na época. Assim, tornou-se "capoeira", ladrão conhecido, respeitado e temido nos meios da malandragem. Batedor de carteiras exímio e oportunista ao extremo, surrupiava das lojas tudo o que podia, até que foi preso ao roubar uma dúzia de camisas de uma loja da Rua do Hospício. Processado, foi julgado e absolvido. Pela impunidade, Antônio Joaquim passou a roubar e a assaltar casas, usando de gazuas e outros petrechos especializados. Dada a facilidade que encontrava para cometer seus pequenos delitos, Antônio passou a matar para roubar e, em 1837, em Santa Tereza, assassinou um escravo que conduzia um fardo de objetos de valor. Por este crime nunca foi incomodado, pois a polícia não o conhecia. Naquele mesmo ano, na localidade de Inhaúma, assassinou um carroceiro português para roubar-lhe uns poucos mil réis. Como o risco era grande e o lucro pequeno, Antônio estudou, minuciosamente, a situação da grande Joalheria Meyrat, situada na Rua do Ouvidor e, em certa noite, assaltou-a roubando jóias no valor de quase uma dezena de contos de réis. Entretanto, deixou pistas que o levaram a prisão. Com algum dinheiro conseguiu um advogado que o libertou com "habeas corpus". Perambulou pela cidade durante algum tempo sem cometer nenhum delito, pois o dinheiro que tinha era suficiente. Vendo-se, entretanto, em novas dificuldades financeiras, associou-se com José Martins e Albino, combinando o assalto ao capitalista da

Ilha das Caqueiradas. Não negou o criminoso ter desfechado o tiro contra a cabeça do infeliz Gonçalves Liberal, matando-o.

* * *

A ociosidade em que sempre viveu Albino José Ferreira arrastou-o ao caminho do crime. Bem aparentado e com boa conversa, amou u'a moça rica, Alice, e, com o dinheiro que conseguia com seus "golpes", metia-se em jogos na esperança de ficar rico. A sorte, entretanto, não lhe sorria e, precisando de dinheiro, relacionou-se com Martins, ingressando, assim, na quadrilha. Tornou-se salteador, ladrão e assassino, auxiliando a matar Gonçalves Liberal, na Ilha das Caqueiradas, o qual pedira de joelhos, em nome de Deus e da Mãe do Céu, que lhe poupassem a vida.

* * *

*

José Martins era dos quatro o que menos amor tinha à vida. Embora filho de pais de algumas posses, jamais

quis saber dos estudos, fugindo tôda vez que podia das escolas em que era internado pelos genitores. Quando pôde, entregou-se à vida do mar, e, em uma viagem que fez a Santos, viu um companheiro com os bolsos cheios de dinheiro. Esperou que o rapaz adormecesse, em um quarto do tombadilho, para roubar-lhe tudo quanto possuía e jogou o corpo no mar. Em outra viagem matou o contra-mestre do navio e, depois de levar-lhe dos bolsos todo o dinheiro, deu fim ao cadáver da mesma maneira que fez com a sua primeira vítima. Com bastante dinheiro, desembarcou para gozar sua primeira fortuna que logo se acabou. Ingressou, então, na quadrilha de "Pedro Hespanhol", tomando parte em alguns assaltos rendosos, entre os quais o da casa do padre Fortuna. Prêso, foi enviado à Ilha das Cobras, de onde fugiu depois de uma série de peripécias. No continente, mudou de nome e voltou a embarcação, assassinando o comandante de um navio que se dirigia para Pernambuco e apossando-se da grande fortuna que havia a bordo. Esse comandante se chamava Francisco de Moraes. Novamente no Rio, sonhou com um grande tesouro e, sabendo que na Ilha das Caqueiradas vivia o milionário Francisco Gonçalves Liberal, projetou o assalto. Foi êle quem

assassinou o escravo do capitalista que tentou embarcar-lhe os passos. Na cela, José Martins propôs aos companheiros de crime suicidarem-se todos.

* * *

A idéia foi considerada excelente pelos quatro celebrados que, então, cogitaram de romper os grilhões, para que pudessem suicidar-se. José Vicente, que sofria de hérnia, usava uma funda e dentro dela uma lima e uma navalha. Começaram, então, a pôr em prática o plano. Primeiramente, cada um limou os elos da corrente que os prendia. Quando os soldados foram buscar os miseráveis para seguirem para o oratório e dali para o cadafalso, encontraram-nos livres e dispostos a tudo. Consultado o Chefe de Polícia, êste não quis expor os policiais à sanha dos criminosos armados, e esperou que, pela fome e pela sede, êles se entregassem. Como continuassem a resistir, o Ministro da Justiça enviou o comandante Luiz Alves de Lima e o major Polidoro a fim de tomarem as providências que achassem mais convenientes, resolvendo, então, êstes dois oficiais lançar dentro da cela uma composição de enxofre, com a intenção de obrigar os criminosos a se renderem. Considerando-

-se perdido, José Martins lançou mão da navalha e degolou-se. Albino José Pereira fêz o mesmo em seguida. José Vicente rasgou a artéria radial do braço esquerdo e uma das veias jugulares e Antônio Joaquim, mais covarde, fêz pequena incisão no pescoço, sendo socorrido e transportado para o Hospital da Misericórdia e dali removido para a cadeia do Aljube. Dois dias depois, isto é, no dia 8 de fevereiro de 1839, foi o único sobrevivente transportado para o cadafalso, em uma padiola carregada por dois escravos, e enforcado no largo do Capim.

Da mesma Editôra :

PORTUGUÊS VESTIBULAR

Pelo Prof. MODESTO DE ABREU

A EDITORA CARLOS COUTO acaba de lançar um livro que, por sua finalidade e pelas condições em que foi concebido e executado, está seguramente destinado a constituir, em nossos meios estudantis, um grande sucesso de livraria.

Trata-se do primoroso compêndio que o Prof. Modesto de Abreu, autor de tantas obras literárias e didáticas, compôs para uso dos estudantes dos cursos vestibulares, isto é, para os candidatos a ingresso nas escolas superiores, sem qualquer exceção.

A Língua Portuguesa, como se sabe, é disciplina obrigatória nos exames vestibulares, tanto para os ramos pré-jurídico e pré-filosófico como para o pré-médico e o pré-politécnico, com extensão às carreiras afins, não só nos cursos civis como nos militares.

Com espírito, a um só tempo, de síntese e de análise, o PORTUGUÊS VESTIBULAR de autoria do Prof. Modesto de Abreu enfeixa, em nível cultural, mas em estilo simples e claro, uma série de lições e exercícios sobre Gramática Normativa, Estilística, Composição em prosa e verso, noções gerais de Literatura (de Portugal e do Brasil) e uma seleta anotada e comentada dos melhores autores do Idioma.

E tôda essa matéria, por um incrível prodígio de concisão, está condensada num volume de 293 páginas, de excelente apresentação material, em ótimo papel e com impercavível revisão.

Acrescente-se, ainda, que a parte gramatical está redigida rigorosamente de acordo com as prescrições do Anteprojeto de Nomenclatura Gramatical mandado elaborar em 1957 pelo Ministério da Educação e Cultura, ao mesmo tempo que as partes estilística e literária se acham em dia com os mais recentes ensinamentos das ciências contemporâneas que lhes dizem respeito.

Compôsto e impresso na
Gráfica RIACHUELO Editôra
Rua Sacadura Cabral, 177
Rio de Janeiro

EDIÇÕES CARLOS COUTO

A venda:

A PÁTRIA DA BÍBLIA — de Irene Santos (3.º Prêmio no I Concurso Internacional da Bíblia)

PORTUGUÊS VESTIBULAR — do Prof. Modesto de Abreu

BOXE AO ALCANCE DE TODOS — do Prof. A. Latorre de Faria

No prelo:

LICOES DA VIDA — de João de Deus Pinho

A sair:

MEU ARQUIVO DE CRIMES FAMOSOS (N.º 2) — de Walter Ferreira

ANÁLISE DE SENTIMENTOS — de Guilherme Domont

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA (6.ª edição) — de Irene Santos

MACHADO DE ASSIS SINTÉTICAMENTE ANALISADO — de Modesto de Abreu

ESTILO E PERSONALIDADE DE EUCLIDES DA CUNHA — de Modesto de Abreu

PORTUGUÊS COLEGIAL — do Prof. Modesto de Abreu

PORTUGUÊS GINASIAL — do Prof. Modesto de Abreu

CURSO DE ADMISSÃO — dos Profs. Modesto de Abreu e Galrina Britto de Abreu

PEDIDOS PARA:

CARLOS COUTO EDITOR

Caixa Postal, 72 — Lapa

Rio de Janeiro — Guanabara